

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANDERSON DE OLIVEIRA ALARCON

Estatismo entre elites legislativas federais

Maringá – Paraná
2018
ANDERSON DE OLIVEIRA ALARCON

Estatismo entre elites legislativas federais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociedade e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Coorientador: Prof. Dr. Éder Rodrigo Gimenes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Deocelia Viana Pereira CRB-9/1380

A321e Alarcon, Anderson de Oliveira
2018 Estatismo entre elites legislativas federais / Anderson de Oliveira Alarcon;
orientador, Ednaldo Aparecido Ribeiro, coorientador, Éder Rodrigo Gimenes. –
2018.

85 f. : il.; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018
Inclui bibliografia

1. Cultura política. 2. Elites políticas. 3. Deputados federais. I. Ribeiro,
Ednaldo Aparecido. II. Gimenes, Éder Rodrigo. III. Universidade Estadual de
Maringá. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

CDD 20. ed. – 305.524

ANDERSON DE OLIVEIRA ALARCON

Estatismo entre elites legislativas federais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

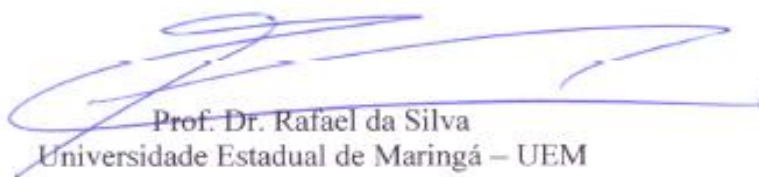
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Presidente)



Prof. Dr. Eder Rodrigo Gimenes
Universidade Estadual de Maringá – UEM (Co-orientador)



Prof. Dr. Rafael da Silva
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof. Dr. Fernando Scheeffler
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Aprovada em: 22 de fevereiro de 2018

Local de defesa: Bloco H-35, sala 007 *campus* da Universidade Estadual de Maringá

Dedicatória

O presente estudo é dedicado aos que ainda acreditam que não há salvação fora da política, e que a democracia, com todos os seus pressupostos, ainda é o caminho.

AGRADECIMENTOS

Um voo como esse - não é segredo pra ninguém - não se faz sozinho. Foram muitos os comandantes, copilotos, comissários, tripulantes e companheiros de jornada que tornaram possível uma aterrissagem segura, vencidas, aqui e acolá, as turbulências próprias do percurso.

A Deus, comandante supremo, copiloto, comissário, companheiro, tripulante. Uno e Trino. Alfa e Ômega. À Mary, Moises e Monalisa, esposa e filhos, prontos apoiadores e minha razão primeira. Aos meus pais, Jair e Ana, meus irmãos Keize e Marcela, sobrinhos, afilhados e toda a família.

Ao Professor Doutor Ednaldo, comandante e orientador exigente, a quem muito admiro e respeito, e com quem muito aprendo a cada dia. Sou-lhe grato por tudo e por toda a sensibilidade, compreensão, orientação e paciência.

Ao Professor Doutor Éder Rodrigo Gimenes, um copiloto para além de um coorientador conselheiro, e um exemplo a seguir. Replico-lhe os agradecimentos feitos ao comandante. Obrigado.

À Ana Brenner, Valeria, Guilherme, Barcelos, Nargila, Thaiara, Octavio, Marcelo, Fred, pessoal da ABRADep e da ABCP e tantos amigos e amigas, tripulantes e companheiros de viagem e que muito apoiaram. Aos professores, funcionários do departamento de ciências sociais, consultores, professores avaliadores da UEM e de outros lugares, todos comissários e importantes agentes deste voo, a quem muito agradeço na pessoa do Secretário-Executivo, Sr. Júnior, e na pessoa do Doutorando da UFPR/UCLA, Lucas Okado. Muito obrigado.

Aos colegas de turma, por tantas trocas e debates. Que convivência enriquecedora! Agradeço de modo especial na pessoa da amiga Ana Maciel, que melhor sintetiza a experiência de parceria e apoio neste período desafiador. Sua amizade, por certo, já é um título (e que título!) à parte. Obrigado.

Mais próximo da casa dos 40 que da dos 30 (anos), voltar aos bancos acadêmicos para enfrentar a regularidade e dedicação exigidas a um mestrando, e numa respeitada universidade pública, numa área (ciência política) que não é propriamente a sua formação originária (ciência jurídica), não foi (e ainda não é) tarefa das mais fáceis.

Se por um lado a militância profissional e paixão pela política foram propulsoras vibrantes e, de alguma maneira instigadoras de hipóteses a investigar, por outro lado, sendo casado, pai do Moisés (8), e da Monalisa (3), advogado eleitoral militante, cursar o mestrado neste contexto e em ano de eleições municipais acaloradas, fez com que o desafio se apresentasse ainda maior. Definitivamente.

Concluo, assim, esta importante e muito desejada, e agora celebrada etapa de minha vida, com o aprendizado empírico muito anunciado teoricamente, qual seja, o de que “a luta é lutada”. Ô, se é!

E que assim sigamos, pois. Avante!

Estatismo entre elites legislativas federais

RESUMO

Alicerçada na corrente culturalista que relaciona os valores e crenças aos fenômenos políticos, o objetivo da pesquisa foi averiguar como os parlamentares da 54ª legislatura do Legislativo Federal posicionam-se acerca do papel do Estado no desenvolvimento geral da nação. Partindo da conjectura sobre a existência de uma indiferenciação ideológica entre elites políticas de diferentes partidos, propagada no senso comum, o objetivo foi verificar se existem diferenças fundamentais que distinguem as elites políticas. Objetivou-se identificar como os parlamentares de legendas partidárias localizadas à esquerda e à direita do espectro ideológico se diferenciam em seus posicionamentos sobre estatismo a partir de uma concepção democrática e política modernas. As análises apontam pela existência de correlação entre localização no espectro ideológico e posicionamento político acerca da concepção de Estado e seu papel. Blocos e partidos localizados mais à esquerda do espectro ideológico tendem a defender uma posição mais atuante do Estado, notadamente na promoção da assistência social ampla e maior participação no mercado e iniciativa privada, ao passo que blocos e partidos situados mais à direita tendem a defender um Estado menos interventor nestas questões.

Palavras-chave: Cultura política. Elites políticas. Parlamentares Federais. Estatismo.

Statism among federal legislative elites

ABSTRACT

Based on the cultural current that relates values and beliefs to political phenomena, the objective of the research was to investigate how the parliamentarians of the 54th legislature of the Federal Legislative are placed on the role of the State in the general development of the nation. Starting from the conjecture about the existence of an ideological indifference among political elites of different parties, disseminated in common sense, the objective was to verify if there are fundamental differences that distinguish the political elites. The aim was to identify how the partisan legends of the left and right of the ideological spectrum differ in their positions on statism from a modern democratic and political conception. The analyses point to the existence of a correlation between location in the ideological spectrum and political positioning about the conception of the State and its role. Blocks and parties of the left of the ideological spectrum tend to defend a more active position of the State, notably in the promotion of broad social assistance and greater participation in the market and private initiative, while blocks and parties of the right tend to defend a State in these matters.

Keywords: Political culture. Political elites. Federal Parliamentarians. Statism.

Estatismo entre elites legislativas federales

RESUMEN

Fundado en la corriente culturalista que relaciona los valores y creencias a los fenómenos políticos, el objetivo de la investigación fue averiguar cómo los parlamentarios de la 54ª legislatura del Legislativo Federal se posicionan acerca del papel del Estado en el desarrollo general de la nación. A partir de la conjetura sobre la existencia de una indiferencia ideológica entre elites políticas de diferentes partidos, propagada en el sentido común, el objetivo fue verificar si existen diferencias fundamentales que distinguen a las elites políticas. Se objetivó identificar cómo los parlamentarios de leyendas partidistas a la izquierda ya la derecha del espectro ideológico se diferencian en sus posicionamientos sobre estatismo a partir de una concepción democrática y política modernas. Los análisis apuntan por la existencia de correlación entre el espectro ideológico y posicionamiento político acerca de la concepción de Estado y su papel. Los bloques y partidos situados más a la izquierda del espectro ideológico tienden a defender una posición más actuante del Estado, especialmente en la promoción de la asistencia social amplia y mayor participación en el mercado e iniciativa privada, mientras que bloques y partidos situados más a la derecha tienden a defender un " Estado menos interventor en estas cuestiones.

Palabras clave: Cultura política. Elites políticas. Parlamentares Federales. Estatismo.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipos de cultura política	16
Tabela 2 - Autoposicionamento ideológico dos parlamentares por partidos políticos.....	49
Tabela 3 - Posições dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico segundo resultados de <i>experts surveys</i> e da média do auto posicionamento ideológico dos parlamentares	51
Tabela 4 - Orçamento federal para serviços de saúde pública.....	54
Tabela 5 - Orçamento federal para ensino fundamental e médio públicos.....	56
Tabela 6 - Orçamento federal para ensino superior público.....	58
Tabela 7 - Orçamento federal para infraestrutura.....	59
Tabela 8 - Orçamento federal para programas de assistência social.....	61
Tabela 9 - Posicionamento médio acerca responsabilização do Estado para garantir o sustento de todos.....	65
Tabela 10 - Posicionamento médio acerca da iniciativa privada <i>versus</i> governo na indústria e comércio.....	67
Tabela 11 - Sistema econômico mais adequado para o Brasil	69
Tabela 12 - Correlação entre estatismo e posicionamento ideológico	71
Tabela 13 - Blocos ideológicos e estatismo	72
Tabela 14 - Partidos e estatismo	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Partidos dos parlamentares respondentes da PLB 2013	48
Gráfico 2 - Auto posicionamento ideológico dos parlamentares por partidos políticos	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados às ideologias clássicas	41
Quadro 2 - Categorias indicativas de posicionamento ideológico	44
Quadro 3 - Classificação dos partidos políticos conforme a literatura	48

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

PARTIDOS NACIONAIS

DEM - Democratas

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCO – Partido da Causa Operária

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPL – Partido Pátria Livre

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

SDD – Solidariedade

OUTRAS SIGLAS E ABREVIACÕES

PLB – Pesquisa Legislativa Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CULTURA POLÍTICA E ELITES	17
1.1 A ABORDAGEM CULTURALISTA.....	17
1.2 ELITES E VALORES POLÍTICOS	23
1.3 IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E CULTURA POLÍTICA	27
2 ESTATISMO COMO DIMENSÃO DA CULTURA POLÍTICA	35
2.1 VISÕES ACERCA DO ESTADO	35
2.3 TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS RELACIONADAS AO ESTATISMO	40
3 ESTATISMO ENTRE ELITES LEGISLATIVAS FEDERAIS	48
3.1 DADOS E METODOLOGIA	48
3.2 BLOCOS IDEOLÓGICOS	50
3.3 ESTATISMO NA VISÃO DOS PARLAMENTARES	55
3.3.1 Orçamento federal para serviços de saúde pública	56
3.3.2 Orçamento federal para ensino fundamental e médio públicos	58
3.3.3 Orçamento federal para ensino superior público	61
3.3.4 Orçamento federal para infraestrutura	62
3.3.5 Orçamento federal para programas de assistência social	64
3.3.6 Posicionamento médio acerca da responsabilização do Estado para garantir o sustento de todos	67
3.3.7 Posicionamento médio acerca da iniciativa privada <i>versus</i> governo na indústria e comércio	69
3.3.8 Sistema econômico mais adequado para o Brasil	71
3.4 CORRELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA E ESTATISMO	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXO 1. QUESTIONÁRIO DA PESQUISA LEGISLATIVA BRASILEIRA	87

INTRODUÇÃO

Em democracias consolidadas, fala-se de uma cidadania crítica ou assertiva, que contém um elevado grau de apartidarismo e antipartidarismo, acompanhado da dificuldade em diferenciar legendas partidárias. Nas democracias em fase de consolidação, tal como a brasileira, esse fenômeno se manifesta com mais gravidade e está constantemente presente em discursos de atores políticos e na imprensa (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017). Essa percepção resignada, em alguma medida, tem lastro na realidade sócio-política, pois como apontam Tarouco e Madeira (2013), os partidos se movem no espectro ideológico formulando propostas políticas em busca de votos, fazendo com que as posições assumidas pelas respectivas legendas variem significativamente.

Levantamos a hipótese de que, ainda que a polarização ideológica tenha cedido lugar ao pragmatismo eleitoral, diferenças fundamentais ainda distinguem as lideranças que se posicionam mais à esquerda e mais à direita do espectro ideológico. Partindo desse cenário, a pesquisa procurou identificar se os posicionamentos de lideranças políticas de diferentes legendas partidárias do Legislativo Federal apresentam ou não diferenças fundamentais com relação ao estatismo, aqui compreendido como a maior participação e/ou intervenção ou não do Estado na sociedade, testando a pertinência das ventiladas hipóteses de indiferenciação ideológica.

Nossa expectativa inicial era a de que partidos localizados à direita apoiassem o Estado mínimo, com menor intervenção estatal na economia e maior liberdade para a iniciativa privada se autorregular, a partir de uma tendência mais individualista e menos igualitária. Já com relação aos partidos que se localizam mais à esquerda, a expectativa era a de que se posicionassem a favor de um Estado com maior intervenção na economia e promotor de políticas redistributivistas, enquanto instrumentos para redução de desigualdades sociais, a partir de uma perspectiva coletivista.

Utilizamos na condução dos testes informações sobre um conjunto de valores e atitudes compartilhadas pelos membros da elite política composta pelos parlamentares federais brasileiros sobre questões que envolvem o tema estatismo, procurando avaliar o que denominamos de coerência ideológica na cultura política desse grupo de indivíduos detentores de mandato.

A apresentação dos resultados é sintetizada nessa dissertação, que segue dividida em três partes fundamentais. O primeiro capítulo, fruto do marco teórico adotado, faz um mapeamento bibliográfico sobre a abordagem culturalista, iniciando por Almond e Verba (1989) até os valores pós-materialistas de Inglehart (1988). Em seguida, apresentamos a

relevância de se estudar a cultura política de elites políticas, com fundamentando em Robert Dahl (1997). O segundo capítulo apresenta um apanhado teórico sobre os valores acerca do papel do Estado na regulação da vida social, imprescindível para conceituar estatismo como valor político, abrindo caminho para analisar a forma como os representantes entrevistados se posicionam a respeito. O terceiro e último capítulo tem como objetivo apresentar os testes realizados a partir da Pesquisa Legislativa Brasileira de 2013, que mapeia as atitudes, comportamentos e valores das elites legislativas brasileiras no que se refere ao estatismo, ora delimitado como objeto de estudo.

Em conclusão, os resultados das análises revelaram que, embora exista um debate no senso comum e até mesmo na literatura especializada de que a ideologia tem perdido o sentido nos posicionamentos dos parlamentares, foi possível constatar que ainda existe uma diferenciação ideológica significativa entre os blocos de partidos de esquerda e de direita com relação a temas clássicos, notadamente quanto ao estatismo.

1 CULTURA POLÍTICA E ELITES

Grande parte dos estudos da abordagem culturalista destaca os valores políticos dispersos na população em geral, entretanto, é importante evidenciar-se também os valores das elites políticas, devido ao impacto que geram na qualidade e estabilidade da democracia (PERISSINOTTO; BRAUNERT, 2006).

O objetivo principal da pesquisa que originou esta dissertação foi investigar o comportamento das elites políticas do Legislativo Federal, a fim de verificar seus valores e atitudes políticas a respeito de um tema central para qualquer país, qual seja, o estatismo e as opções políticas por um Estado máximo ou mínimo na agenda nacional.

Para subsidiar essa investigação faz-se necessária uma breve apresentação acerca da corrente culturalista, da qual Almond e Verba (1989) são precursores com a obra clássica *The Civic Culture*, seguidos, dentre outras obras, pela retomada do debate que Inglehart (1988) propôs a partir dos estudos de cultura política e valores pós-materialistas. Essa discussão será abordada na primeira parte do capítulo, cujos elementos e conceitos inter-relacionam-se diretamente com as diferentes concepções acerca do papel do Estado.

A segunda parte do capítulo destaca a importância dos estudos de cultura política que abordam lideranças políticas, com ênfase à discussão por meio da abordagem de Robert Dahl (1997) sobre as crenças dos ativistas políticos, presente na obra clássica “Poliarquia” e os impactos de diferentes tipos de conceitos acerca de Estado na agenda democrática contemporânea. Em seguida, na terceira parte do capítulo, será abordado do debate referente às ideologias partidárias como relevantes aos estudos de cultura política.

1.1 A ABORDAGEM CULTURALISTA

A abordagem culturalista é uma das vertentes de análise da Ciência Política empírica que se preocupa em verificar em que medida a cultura se relaciona com os fenômenos políticos.

O interesse em identificar essa relação entre política e cultura não é recente, visto que clássicos como Platão, Aristóteles, Montesquieu, Maquiavel, Rousseau e Tocqueville já demonstraram a presença de categorias culturais em suas análises políticas. Entretanto, esse debate só se manifestou com intensidade a partir do século XX, por volta dos anos 60 (RENNÓ, 1998; RIBEIRO, 2011; GIMENES, 2011).

A evolução das técnicas de pesquisa social e abordagens metodológicas, além do desapontamento com os ideais iluministas e liberais que caracterizaram a primeira metade do

século XX, podem ser considerados como os principais nexos de causalidade do surgimento e sedimentação dos estudos de cultura política. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, os valores iluministas de razão e liberdade passaram a ser questionados, gerando um clima de incertezas com relação à democracia (ALMOND; VERBA, 1989).

Dáí o surgimento de estudos a investigar quais fatores justificam o sucesso e o fracasso da democracia, a fim de averiguar o quão relevante apresentam-se os elementos culturais e, portanto, subjetivos, para a consolidação deste tipo de regime.

O culturalismo entende que a estabilidade democrática não depende apenas das instituições e procedimentos, mas também de aspectos subjetivos essenciais, como valores e crenças dos cidadãos, individuais e coletivas, e que são pilares de sustentação do regime democrático, permitindo estabelecer uma conexão entre as variáveis individuais e as estruturas políticas.

Parte-se do pressuposto de que “o conjunto de valores, sentimentos, avaliações e atitudes dos indivíduos que vivem sob um determinado sistema político são relevantes para a explicação dos fenômenos que nele ocorrem” (RIBEIRO, 2011, p. 24).

A Psicologia Social, a Antropologia e a Sociologia são áreas de estudo que embasam a análise teórica e metodológica dos pioneiros da abordagem culturalista que resultou na obra *The Civic Culture*, publicada em 1963, de Gabriel Almond e Sidney Verba, cuja publicação institucionalizou os estudos de cultura política.

Trata-se de uma síntese e aplicação do conceito, em que os autores afirmam que apenas o direito ao sufrágio universal e a existência de partidos políticos não são suficientes para explicar a expansão da democracia no século XX, pois é necessário que, além desses fatores, haja uma cultura que seja congruente com tais características a justificar a manutenção e desenvolvimento dos ideais democráticos.

A obra caracterizou o sistema político democrático ao identificar atitudes e valores relacionados à estabilidade e legitimidade do regime, a avaliação de tal estabilidade, a participação política e de confiança dos cidadãos nas instituições¹. Almond e Verba (1989)

¹ A cultura cívica - conceituada como a orientação psicológica em direção a objetos políticos (Almond e Verba, 1980) - é definida pela presença de altos níveis de orgulho das instituições, sentimentos de competência política e confiança mútua, sendo que a confiança interpessoal e a confiança nas instituições seriam componentes centrais para um padrão cultural democrático. É importante destacar a existência do princípio da confiança que - advindos da preservação da dignidade humana - surgiu no contexto da jurisprudência alemã e obtém destaque no Brasil. Nas palavras de Capez (2008, p. 15), o princípio da confiança “funda-se na premissa de que todos devem esperar por parte das outras pessoas que estas sejam responsáveis e ajam de acordo com as normas da sociedade, visando a evitar danos a terceiros. Por essa razão, consiste na realização da conduta, na confiança de que o outro atuará de um modo normal já esperado, baseando-se na justa expectativa de que o comportamento das outras pessoas se dará de acordo com o que normalmente acontece.”

consideram que os padrões de comportamento político dos indivíduos são fundamentados por valores, sentimentos, crenças e conhecimentos. E, considerando isso, analisaram as conjunturas dos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México com o objetivo de identificar a relação entre o sistema político vigente e as variáveis subjetivas. O conjunto dos elementos subjetivos é definido na obra como cultura política. Sendo assim, “a cultura política de um país é entendida como a particular configuração de padrões de orientação em relação aos objetos políticos partilhada por seus membros” (RIBEIRO, 2011, p. 28). Os autores sistematizaram o conceito de acordo com a configuração dos padrões de orientações em relação aos objetos políticos, quais sejam: 1) sistema como objeto geral; 2) estrutura de incorporação de demandas (*inputs*); 3) estruturas de satisfação de demandas (*outputs*); e 4) o próprio indivíduo como participante ativo em seus papéis e atribuições políticas.

As orientações referem-se a níveis diferentes de racionalidade e consciência. Os autores constroem três tipos básicos de orientações políticas: 1) as cognitivas, que se referem aos conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre objetos políticos; 2) as afetivas, que se relacionam aos sentimentos de ligação e envolvimento com tais objetos; e 3) as avaliativas, que seriam os julgamentos e opiniões, combinando o conhecimento e os sentimentos dos dois primeiros tipos.

Almond e Verba (1989) revelam que um indivíduo participa ou deixa de participar politicamente de acordo com a maneira que se julga importante nos processos. Sendo assim, indivíduos que se auto avaliam de maneira negativa são normalmente mais apáticos com relação aos objetos, já aqueles que se veem como relevantes, são mais ativos politicamente. A visão que cada indivíduo tem sobre sua própria atuação como ator político é denominada eficácia política subjetiva.

Os autores estabeleceram três tipos ideais de cultura política a partir desse conjunto de orientações, conforme a tabela 1, a fim de referenciar as interpretações das realidades que constituem um equilíbrio.

Tabela 1 - Tipos de cultura política

	Sistema como objeto geral	Estruturas de incorporação de demandas (<i>inputs</i>)	Estruturas de satisfação de demandas (<i>outputs</i>)	O próprio indivíduo como participante ativo
Paroquial	0	0	0	0
Sujeita	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1

Fonte: Almond e Verba, 1989, p. 16

No tipo “parroquial”, as orientações aproximam-se do 0 (zero) com relação aos grupos de objetos básicos, o que demonstra uma população em que indivíduos tem pouco conhecimento sobre os objetos políticos, desconhecendo, assim, as formas de manifestação política e órgãos burocráticos e seu papel enquanto ator político, o que dificulta a formação de sentimentos e julgamentos, sendo uma cultura política alienada, alheia ao funcionamento do sistema político. Seriam os casos de regiões mais isoladas, em processo de desenvolvimento, em que há grande interferência da religião na política.

O tipo de cultura política “sujeita” trata-se de uma consciência considerável sobre as estruturas de satisfação de demandas, mas não com relação às estruturas de incorporação de demandas, o que significa uma sujeição ao poder entendido como soberano ou absoluto. Os indivíduos sabem o que é democracia e qual o regime de seus respectivos países, conhecem o sistema político e os *outputs*. Entretanto, não conhecem as possibilidades de participação e não se veem como atores políticos, sendo sujeitos passivos.

O tipo “participante” é compartilhado por indivíduos que possuem conhecimentos e orientações afetivas com relação aos objetos políticos, sendo mais ativos perante a eles. Conhecem o sistema político, os *inputs* e *outputs*, compreendendo, assim, sua capacidade de participar politicamente, independente do seu posicionamento. Portanto, possuem posturas mais ativas decorrentes do bom nível de eficácia política subjetiva.

A cultura política pode ou não ser congruente com o sistema político vigente, sendo que a congruência significa compatibilidade entre a cultura e a estrutura política, em que pese a congruência e incongruência encontrarem-se em constante alternância. Daí porque é possível - e provável - a coexistência de culturas políticas mistas (parroquial-sujeita, sujeita-participante e parroquial-participante).

Por isso mesmo o objetivo principal de Almond e Verba (1989) foi verificar em que grau as diferentes orientações são congruentes com relação aos sistemas democráticos. Para Ribeiro (2011, p. 31), “o desenvolvimento da cultura cívica exige menos desigualdades sociais e uma participação política considerável dos cidadãos. Um comportamento ideal demanda um ativismo racional, confiança no sistema e nos que o conduzem”.

Os autores do trabalho pioneiro construíram uma síntese da cultura política da população das nações estudadas. Na Itália e no México verificaram a presença de uma cultura política “alienada”. No primeiro caso estaria associada à história de tirania e fragmentação que marcou a política do país, gerando uma desconfiança e isolamento social; no segundo caso seria

uma alienação um pouco mais fraca, referente ao alto grau de eficácia política subjetiva e que caminharia para uma cultura cívica conforme a recente democracia fosse se consolidando.

O caso da Alemanha, considerando seu histórico político e o desenvolvimento econômico, foi caracterizado como uma cultura política sujeita, “que não enfatiza as orientações em direção às estruturas da entrada do sistema” (RIBEIRO, 2011, p. 32).

Nos Estados Unidos da América os dados mostraram uma cultura política cívica, ou seja, a população demonstrou envolvimento com os assuntos políticos associado à eficácia política bastante subjetiva. Uma mistura dos três tipos básicos: paroquial, sujeita e participante, além de existir confiança e respeito em relação à classe política e às instituições. Já na Inglaterra, por sua vez, os indivíduos também demonstraram uma cultura política cívica, mas com o prevalectimento da cultura sujeita sobre a participante e a paroquial.

As conclusões mostram uma associação entre estabilidade democrática e a ocorrência de padrões de orientações subjetivas, ao qual chamam de cultura cívica. Os elementos centrais da mesma seriam moderação e tolerância, combinando ativismo político racional e confiança no sistema político e nas elites políticas instituídas.

Segundo Ribeiro (2011), a obra de Almond e Verba (1989) não tem como objetivo esgotar os argumentos que cercam a abordagem culturalista, mas evidenciar a conexão entre os elementos culturais e estruturais nos fenômenos políticos contemporâneos. Se, de um lado, a obra seminal de Almond e Verba (1989) inspirou fortemente a realização de várias outras pesquisas e análises do tema, por outro lado, críticas surgiram.

Para Tonella (2008) uma das limitações do estudo de Almond e Verba (1989) consiste no fato de que os autores, ao analisarem os países, não ponderaram os diferentes modelos de democracia, tal como o nível de desenvolvimento geral dos países e suas particularidades. Contudo, a autora reconheceu que a obra é uma referência importante e um ponto de partida para reflexões acerca da cultura política, mas que devem contemplar também as experiências históricas das realidades estudadas.

A partir de um contexto em que se apresenta, de um lado, ampla possibilidade de participação e, de outro, a persistência de consideráveis desigualdades de acesso a bens materiais, culturais e políticos, explicar a visão de mundo de sujeitos diretamente envolvidos com práticas coletivas, por meio da aferição da cultura política, pode vir a ser uma contribuição importante para se entender as condições necessárias para a potencialização das transformações em curso (TONELLA, 2008, p. 04).

Outra crítica a respeito da obra *The Civic Culture* (ALMOND; VERBA, 1989) se refere à imprecisão em torno do termo “cultura política”, que passou a ser usado para diversos sentidos

e indiscriminadamente, fato que, de acordo com Ribeiro (2011), foi considerado por Almond (1989) ao alegar que a fragilidade teórica e conceitual do termo se deu porque o objetivo inicial era apenas afirmar a importância dos valores e sentimentos para os fenômenos políticos.

Também houve críticas quanto ao caráter etnocêntrico das conclusões da obra, pois os autores teriam restringido as representações culturais compatíveis às instituições formais de caráter representativo, limitando o conceito de política ao seu campo de visão e apontando os sistemas dos Estados Unidos e Inglaterra como ideais. Além disso, a obra segue um paradigma minimalista, que celebra o *status quo* das sociedades de capitalismo desenvolvido. Essa limitação, segundo Ribeiro (2011), foi superada quando os estudos de cultura política passaram a considerar as particularidades históricas e culturais das nações.

Os estudos de cultura política sofreram retração por um período, devido às críticas e à “popularização de modelos racionalistas baseados em variáveis econômicas e nos pressupostos da racionalidade dos atores sociais” (RIBEIRO, 2011, p. 40). A partir de 1980 esse cenário começou a mudar, quando autores voltaram a recuperar a abordagem culturalista, superando as críticas anteriores.

Ronald Inglehart (1988) foi um dos pesquisadores responsáveis por retomar os estudos de cultura política na década de 80. O autor se aproxima da tradição de Almond e Verba (1989) com o trabalho *The Renaissance of Political Culture*, em que a análise se volta à relação entre fatores econômicos-sociais e o conjunto de valores culturais. Inglehart argumenta que a cultura cívica seria uma síndrome composta por três indicadores: 1) confiança interpessoal; 2) satisfação com a vida; e 3) apoio à mudança revolucionária. Essa composição tem uma ligação considerável com o número de anos que as instituições democráticas funcionam e o desenvolvimento econômico está ligado às mudanças socioculturais que aumentam as chances da estabilidade democrática.

Em síntese, a tese defendida por Inglehart (1988) refere-se às diferenças culturais significativas entre as nações, em que os valores, principalmente nas sociedades industriais e pós-industriais, estão associados ao desenvolvimento econômico e refletem alterações profundas “no campo religioso, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, nas normas sexuais e na atividade política” (RIBEIRO, 2011, p.66). Os argumentos dessa teoria do desenvolvimento socioeconômico favorecem o estabelecimento de valores pós-materialistas, o que proporciona a consolidação dos regimes democráticos.

De acordo com Inglehart (1988), os antagonismos ideológicos passaram a ir além do grau de interferência estatal em relação à economia e área social, posto que as questões

econômicas perderam espaço, dando lugar a uma agenda pós-materialista em que haveria o surgimento de “novos” temas relacionados à possibilidade de ampliação da qualidade de vida, em tempos atuais. Os defensores da teoria do desenvolvimento humano relacionam uma associação positiva entre a mudança de valores com o desenvolvimento de uma cidadania crítica, mais participativa e mais contestadora (RIBEIRO, 2011).

1.2 ELITES E VALORES POLÍTICOS

A afirmação dos valores políticos como fatores importantes para a compreensão dos processos políticos exige que as atitudes dos ativistas políticos e das elites sejam observadas, visto que essas impactam na estabilidade democrática ao atuarem diretamente no sistema político. Um dos fatores decisivos para o êxito ou fracasso de um regime democrático em um país é a existência de orientações subjetivas favoráveis e, apesar da maior parte dos estudos culturalistas se dedicarem aos valores políticos dispersos na população como um todo, alguns pesquisadores insistem na importância de focar nos valores políticos das elites, sendo esse “um grupo portador de crenças mais articuladas, que se coloca à frente dos processos decisórios e cuja conduta afeta necessariamente o funcionamento do sistema político” (PERISSINOTTO; BRAUNERT, 2006).

O clássico Poliarquia, de Robert Dahl (1997), é referência obrigatória nesse sentido ao dedicar um capítulo para o tema, enquanto explana os fatores que favorecem o estabelecimento de regimes democráticos. De acordo com a obra dahlsiana, um regime democrático dificilmente poderia existir sem que uma camada politicamente atuante do país em questão acreditasse nos méritos da democracia e rejeitasse fortemente as demais alternativas de caráter autoritário (DAHL, 1997).

Para o autor, uma nação pode ser considerada democrática se garantir aos seus cidadãos a oportunidade de: a) formular preferências; b) expressar suas preferências; e c) ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo. Para que essas três condições sejam contempladas, é necessário que as instituições assegurem oito garantias fundamentais aos cidadãos, aos quais são: a liberdade de formar e aderir a organizações; a liberdade de expressão; o direito de voto; a elegibilidade para cargos públicos; o direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; as fontes alternativas de informação, as eleições livres e idôneas e as instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência (DAHL, 1997).

A partir dessas oito garantias fundamentais é possível comparar os regimes por meio da amplitude da oposição, contestação pública e competição política. Segundo Dahl (1997), são duas dimensões que sustentam a democratização: a contestação pública e o direito de participação. As poliarquias são os sistemas mundiais que mais se aproximam dessas dimensões, considerando que o sistema democrático envolve mais dimensões além desses, sendo assim, as poliarquias são regimes relativamente democratizados.

O autor estabeleceu sete conjuntos de condições favoráveis que aumentam a possibilidade de contestação pública e de poliarquia em um país - as sequências históricas; o grau de concentração; a ordem socioeconômica; o nível de desenvolvimento socioeconômico; a desigualdade; as clivagens subculturais; os controles estrangeiros e as crenças de ativistas políticos – estabelecendo aprofundamento e argumentação acerca das condições propostas pelo autor.

Os fatores que impulsionam um país para a poliarquia ou mesmo para um regime hegemônico devem operar através das crenças das pessoas mais envolvidas na vida política, e “as crenças dos ativistas políticos são um estágio decisivo nos complexos processos pelos quais as sequências históricas ou as clivagens subculturais são convertidas em sustentação de um tipo ou outro de regime” (DAHL, 1997, p. 127). Segundo o autor, as crenças guiam a ação por estruturarem os pressupostos sobre a realidade, além de influenciarem os valores e metas do indivíduo. Além disso, as crenças individuais influenciam as ações coletivas, o que estrutura o funcionamento de instituições e sistemas.

Uma poliarquia dificilmente poderia existir se uma camada politicamente atuante do país acreditasse que um regime hegemônico seria mais desejável. Da mesma maneira, os líderes de um regime hegemônico devem entender a hegemonia como o regime mais interessante. Tal fato justifica a importância de concentrar a análise das crenças em pessoas mais envolvidas nas ações políticas.

Estarei concentrado principalmente nas crenças das pessoas mais envolvidas na ação política, como ativistas, militantes e, em particular, daquelas com maior poder manifesto ou implícito, real ou potencial, os líderes ou líderes em potencial. Este enfoque não significa que as crenças presentes nas camadas menos influentes sejam irrelevantes, mas apenas que uma abordagem mais consistente pode ser feita tratando-se das crenças da camada politicamente mais atuante e envolvida como um importante fator explanatório (DAHL, 1997, p. 129).

Ativistas e líderes políticos estariam mais inclinados a desenvolverem sistemas de crenças políticas elaborados, além de agirem guiados por suas crenças e abrangerem uma maior

influência sobre os acontecimentos políticos que podem afetar a estabilidade ou transformação dos regimes. Segundo Dahl (1997), as crenças políticas determinam, de alguma maneira, se um sistema será hegemônico ou poliárquico, de maneira que não podemos ignorar o papel das mesmas. O autor afirma que o espírito reducionista levou os cientistas sociais a deixarem de lado os efeitos das crenças sobre o caráter e comportamento dos diferentes tipos de regimes, entretanto recentemente ressurgiu o interesse pelos estudos de cultura política.

Sendo a cultura política um “sistema de crenças empíricas, símbolos expressivos e valores que definem a situação em que a ação política acontece” (VERBA *apud* DAHL, 1997, p. 159), fornecendo à política uma orientação subjetiva, admite-se hoje que as diferenças de cultura política entre os países justificam as diferenças de seus sistemas políticos.

De acordo com Dahl (1997), sabemos pouco sobre as diferenças nas crenças cognitivas de ativistas políticos em diversos países e tal fato se dá pelos estudos de cultura política focarem em visões estáveis e persistentes, além de se concentrarem nos aspectos mais difusos amplamente partilhados em um país, dando pouco enfoque às crenças de elites e ativistas de diversos outros países, menos estáveis e persistentes, por assim dizer.

O interesse emergido pelos estudos de cultura política possibilitou uma maior compreensão sobre as causas da estabilidade e de mudanças nas crenças de ativistas políticos. Um fator determinante que influenciou os conteúdos das crenças individuais é a exposição a uma determinada visão política. Além da exposição, as crenças particulares que um indivíduo adquire também dependem do relativo prestígio das ideias e crenças as quais está exposto. Um terceiro fator é o quanto o indivíduo a sente coerente como suas crenças atuais. “Se ele [o indivíduo] considerar que o novo ponto de vista entra em conflito com as crenças existentes, as chances de que esta pessoa venha a adotá-lo serão evidentemente reduzidas”. (DAHL, 1997, p. 165). Outro fator seria o quanto a pessoa sente que a crença é coerente com suas próprias experiências, uma vez que a cultura a qual o indivíduo é “submetido” condiciona a forma como ele interpretará os acontecimentos da sua vida.

Em síntese, a proposta de Dahl traduz a importância de evidenciarmos as concepções políticas e as crenças das elites, visto que ocupam um importante espaço na difusão dos elementos que compõem a cultura política de uma população. A influência que as elites exercem sobre os processos políticos e os seus valores não devem ser desconsiderados, pois, por estarem no comando do processo decisório, suas decisões afetam grande parte da população, sendo a cultura política um dos fatores mais importantes para explicar os fenômenos políticos contemporâneos, os valores, crenças e atitudes das pessoas mais ativas e envolvidas

nos processos políticos e que têm importância maior que a dos cidadãos médios (GIMENES, 2011).

Um dos aspectos mais relevantes da discussão sobre crenças dos ativistas políticos apontados por Dahl diz respeito à sofisticação política dos mesmos, que seria um fator que os distingue da massa. O autor considera verossímil que as elites políticas tenham conhecimento maior sobre a vida política de um país quando comparados à população em geral. Além disso, é considerável que as crenças dos ativistas políticos sejam facilmente difundidas em uma sociedade, impactando diretamente na cultura política. Faz sentido questionarmos a relevância da cultura das elites políticas diretamente envolvidas na vida pública da sociedade quando percebemos que as mesmas existem em todos os momentos históricos. “As elites estão no controle do processo decisório (...) em todos os estudos sobre democracias modernas” (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2008, p.02).

Um estudo desenvolvido por Lima e Cheibub (1996) com base em um *survey* sobre cultura política aplicado a políticos, administradores públicos, empresários e líderes sindicais mostrou que as elites brasileiras atribuem um papel importante aos partidos políticos e ao Congresso Nacional para a construção da democracia, além de demonstrarem possuir uma clara consciência acerca da necessidade de fortalecer tais instituições, sendo possível identificar um consenso entre as elites brasileiras com relação à aceitação institucional da democracia.

Do mesmo modo, o estudo desenvolvido pelos autores mostrou que essa mesma aceitação da legitimidade democrática independe do posicionamento político-ideológico da população entrevistada. Lima e Cheibub (1996) examinaram a percepção das elites políticas brasileiras sobre o processo de transição democrática e quais valores atribuem as instituições políticas representativas, evidenciando a importância do consenso entre as elites políticas sobre as instituições democráticas e seus valores fundamentais.

Outro estudo brasileiro que verificou a cultura política das elites foi o desenvolvido por Perissinotto *et al* (2007) em que analisaram as elites administrativas, partidárias e políticas do estado do Paraná, entre os anos de 1995 e 2002, traçando um perfil social, profissional e ideológico, além de analisarem o comportamento em processos decisórios. Identificaram uma proximidade entre o perfil social das elites e do governador da época, Jaime Lerner do Partido da Frente Liberal (PFL), todavia constatou-se que as elites políticas apresentavam posicionamentos ideológicos de esquerda e centro-esquerda, diferente do governador.

A consolidação da democracia no Brasil tem sido tema relevante de estudos. Para tal, consideramos que as orientações subjetivas dos indivíduos e os valores políticos das elites

devem ser pauta de análise, visto que uma cultura política favorável é um dos pilares fundamentais para a sustentação e manutenção desse regime.

1.3 IDEOLOGIA PARTIDÁRIA E CULTURA POLÍTICA

Compreender os valores e as atitudes das elites políticas mostra-se relevante exatamente porque são elas que controlam a formulação de políticas. Nas eleições brasileiras de 2014, os partidos e candidatos ao Legislativo e Executivo foram confrontados com o predomínio de debates sobre questões que Gatto e Power (2016) denominam "novas políticas", tais como direito dos homossexuais se casarem, descriminalização do aborto e legalização da maconha, visto que as campanhas eleitorais não se restringiram apenas às questões que envolvessem economia, saúde e segurança. Pouco se sabe sobre as preferências das elites políticas sobre essas "novas políticas" – que serão conceituadas posteriormente – e tal fato se dá tanto pela ausência de dados quanto pela disjunção teórica, posto que os estudos sobre cultura política focam majoritariamente no público massivo, para os quais há maior riqueza e diversidade de dados de opinião pública disponíveis do que para elites.

Dentre as iniciativas cuja unidade de coleta foram elites políticas, destaca-se a Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB), um projeto de *survey* desenvolvido pelos professores Timothy Power, da Universidade de Oxford, e Cesar Zucco Jr., da Fundação Getúlio Vargas-FGV. O projeto dispõe de sete edições desde 1990, nas quais membros do Congresso Nacional brasileiro recebem um questionário, cujo preenchimento não é obrigatório, no qual constam questões que englobam temas diversos, entre eles, o do papel do Estado. O *survey* tem sido aplicado a cada legislatura a partir da 48ª em 1990, proporcionando edições de 1993, 1997, 2001, 2005, 2009 e 2013². Essa última corresponde à 54ª legislatura do Congresso Nacional - período de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2015.

Gatto e Power (2016), baseados nos dados da PLB realizada em 2013, evidenciaram a distribuição e as consequências das orientações de valores pós-materialistas entre os legisladores do Brasil. Em tal onda, 148 parlamentares foram entrevistados, dentre os quais 138 responderam questões sobre os valores pós-materialistas, o que permitiu inferir que 63% apresentaram valores mistos, enquanto 21,7% foram classificados como pós-materialistas e 15,2% como materialistas. Os dois mais importantes partidos de "esquerda", Partido dos

² O banco de dados está disponível ao público, por meio do repositório de dados do Instituto para Ciências Sociais Quantitativas da Universidade de Harvard (IQSS), acessível no link: <<http://hdl.handle.net/1902.1/14970>>.

Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), apresentaram pontuações mais altas de pós-materialismo, enquanto partidos de “direita” como os Democratas (DEM) e Partido Republicano (PR) apresentaram as pontuações mais baixas.

Os autores analisaram pioneiramente o pós-materialismo entre membros da legislatura nacional na América Latina, mapeando a distribuição desses valores na classe política brasileira entre 2011 e 2015 e o quanto essas prioridades podem prever as orientações das elites com relação a várias questões políticas importantes. Além disso, os autores comparam os valores das elites políticas com os do público brasileiro, usando o *World Values Survey* (WVS) de 2014, identificando, assim, que as elites políticas são desproporcionalmente mais pós-materialistas que o público em massa, mesmo considerando as variáveis de renda e escolaridade.

Ademais, Gatto e Power (2016) identificaram que entre os membros do Congresso, a clivagem materialista/pós-materialista se sobrepõe à clivagem esquerda-direita e corroboraram que o pós-materialismo antevê as atitudes e o comportamento dos legisladores, além de prever, com êxito, o posicionamento individual de uma elite sobre diversas questões das "novas políticas", tais como aborto, casamento homossexual e proteção ambiental.

Tratando-se do comportamento parlamentar, muitas são as variáveis que interferem no voto, como grupos de pressão, interesses eleitorais e estratégias organizativas. Entretanto, de acordo com Scheffer (2016), as variáveis condicionantes destacáveis são o posicionamento ideológico (esquerda/direita) e estratégico (governo/oposição), que seriam incisivas para o comportamento dos partidos no Congresso Nacional. O autor, partindo dessa indicação, coloca em evidência a importância de saber até que ponto o presidencialismo de coalizão sobrevém ou não às diferenças ideológicas em temas polêmicos e em que grau as supostas diferenças ideológicas entre os partidos acarretam diferentes comportamentos dos atores políticos.

Scheffer (2016) alega que apesar de alguns autores afirmarem que a clivagem ideológica vem perdendo força, não se pode descartar a valia das categorias direita e esquerda e o fato de que elas garantem certa previsibilidade na arena legislativa e na atuação partidária. O autor afirma que o sentido dos termos esquerda/direita hoje não é o mesmo que foi considerado na Revolução Francesa devido às diversidades de temas que compõem o cenário político atual, e argumenta que o uso dos termos precisa ter o significado requalificado.

O impacto da ideologia perpassa a discussão clássica de Estado *versus* mercado, se conectando a temas ligados a questões de bem-estar e pós-materialismo, como as propostas por Inglehart (1988), que evidencia essa mudança de valores humanos a partir da segunda metade do século XX. As clivagens entre esquerda e direita vão além da questão de intervenção

econômica e social do Estado e a pauta de “novos” temas passa a fazer parte da composição da arena legislativa, de modo que, de acordo com Scheffer (2016), são justamente essas diferenciações ideológicas presentes nessas pautas que impactam consideravelmente o comportamento eleitoral. Sendo assim, não se pode desconsiderar as diferenças ideológicas dos partidos, que são nítidas nos “novos” temas e até mesmo nos “velhos”, ainda que em menor grau. Segundo o pesquisador:

Na Câmara dos Deputados em particular, faz sentido ainda falarmos em esquerda e direita e em ideologia dos partidos políticos. A constatação de que em muitos casos a dicotomia esquerda e direita não dá conta da diversidade de temas ideológicos que são fruto da complexidade das sociedades modernas, não permite inferir que estamos presenciando o fim das ideologias ou mesmo que chegamos ao "fim da história" (SCHEEFFER, 2016, p. 250).

Segundo Borba (2005), há um consenso na literatura de que considerável parcela do eleitorado brasileiro possui baixo grau de informação, com opiniões políticas difusas e pouco estruturadas. Para o autor, a racionalidade da grande maioria do eleitorado brasileiro baseia-se em imagens “fluidas e difusas” a respeito dos partidos e dos políticos, sendo que a diferenciação ideológica estaria presente entre uma parcela mínima, de modo que afirma ainda que a personalização da política é um fenômeno universal das democracias contemporâneas, enquanto que em países com democracias consolidadas a personalização apresenta-se como um fenômeno recente. No Brasil, a referida personalização acaba, na prática histórica, mais se afigurando enquanto regra do comportamento eleitoral. Nas palavras do autor, “a explicação para o personalismo do eleitor brasileiro e a estruturação do voto guiada por atributos e imagens deve ser buscada na história do país e no seu impacto na conformação dos principais aspectos da sua cultura política” (BORBA, 2005, p.163).

De acordo com Borba (2005), os regimes autoritários existentes na história republicana do Brasil foram fortemente marcados por inspirações tecnocráticas³, além da deslegitimação de instituições políticas constituintes da democracia, como os partidos políticos e o Parlamento. Como consequência disso, estruturou-se no país um sistema partidário fragmentado, frágil,

³ De acordo com Sousa et al. (1998) a expressão “tecnocracia” veio à tona nos Estados Unidos no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) para caracterizar o governo dos técnicos, difundindo-se na época do *New Deal*. O vocábulo expandiu para vários países após a Segunda Guerra Mundial, para designar as novas realidades políticas. Ainda segundo os referidos autores, a tecnocracia não é uma forma de governo, nem de Estado, mas sim “a manipulação do poder pelos especialistas ou homens habilitados a conceber e pôr em prática os planos segundo os quais deve ser conduzida a administração”. Os tecnocratas seriam os *managers* ou técnicos de categoria superior, colocados à frente de grandes empresas ou de departamentos oficiais do Estado (tais como economistas, financistas, especialistas em administração de empresa, engenheiros). A tecnocracia seria o resultado da “formação de uma elite de administradores postos a serviço de uma comunidade com seus conhecimentos especializados e sua capacidade de direção de tipo empresarial.” (SOUSA *et al.*, 1998, p. 516).

instável e oligarquizado. Somado a esses fatos, o autor afirma que os aspectos econômicos contribuíram para a configuração do sistema de crenças políticas da sociedade, de maneira que a baixa sofisticação dos cidadãos e a difusão de ideologias antidemocráticas são elementos centrais para a formação da cultura política brasileira, caracterizando o personalismo político como a base histórica de estruturação do comportamento eleitoral.

Conforme destaca Aieta (2017), é perceptível um desencanto popular com relação à democracia representativa por conta da desmoralização do compromisso partidário entre o candidato eleito e a legenda que promove a eleição. O eleitor fica confuso com relação aos ideais que impulsionam a cidadania.

Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) mostram que os sentimentos partidários dos eleitores brasileiros, em 2010, estavam relacionados com as atitudes e comportamentos. Os autores destacam que os sentimentos positivos em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT), relacionam-se positivamente com a adesão à democracia, igualitarismo e defesa de um papel maior do Estado, ao passo que os sentimentos positivos relacionados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), demonstraram uma adesão negativa à democracia e ao estatismo e positiva ao igualitarismo. Os autores evidenciam que existem atitudes políticas relevantes entre os eleitores que manifestam sentimentos pelos dois principais partidos brasileiros e que têm polarizado a (e se alternado na) fruição do poder nas últimas décadas no Brasil. A identificação dos eleitores com os partidos políticos são fortes fatores que indicam o quão institucionalizado é ou não um sistema partidário, visto que os partidos políticos são as principais instituições a desempenharem a função de mediação entre os eleitores e o sistema político (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

Em artigo mais recente, os mesmos autores discutem acerca dos sentimentos partidários negativos - especialmente relacionados ao antipetismo – por meio da análise de dados entre 2002 e 2014, na tentativa de identificar mudanças significativas nos perfis desse público. Ademais, investigaram a relevância desses sentimentos para posicionamentos com relação a temas como democracia, igualitarismo e estatismo.

Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) identificaram, por meio da análise longitudinal, que ocorreu um declínio no sentimento de “gostar” de algum partido, principalmente com relação ao PT, uma vez que em 2010, 28% dos eleitores entrevistados disseram gostar desse partido e apenas 18% se manifestaram de maneira semelhante em 2014. Ainda segundo os autores, houve uma mudança nos sentimentos partidários dos eleitores com relação aos dois maiores partidos, PT e PSDB, sendo uma mudança favorável para o PSDB e desfavorável para o PT, de modo

que os sentimentos partidários dos eleitores brasileiros impactaram significativamente seus votos nas eleições presidenciais de 2014. Outrossim, perceberam que o cenário de indiferenciação atitudinal continua crescendo com relação às variáveis igualitarismo, estatismo e democracia.

Segundo Ribeiro e Bolognesi (2017), mesmo em democracias já consolidadas têm-se apresentado uma crise na relação entre eleitores e partidos políticos. De acordo com os autores, fala-se de uma cidadania crítica ou assertiva, que contém um elevado grau de antipartidarismo, além de apresentar uma possível indiferenciação das legendas, ou seja, as bandeiras dos partidos de direita, esquerda e centro têm-se perdido na disputa eleitoral, o que dificulta que os eleitores se identifiquem. Em democracias em fase de consolidação, tal como a do Brasil, percebe-se que há uma perda de identidade partidária. Esse argumento está constantemente presente em discursos de atores políticos e na imprensa.

No âmbito federal aparecem diferenças no comportamento legislativo de parlamentares e nos valores de eleitores do PT e PSDB. O fato de existirem tais diferenças no plano nacional não indica que o mesmo acontece em nível local, onde existe um alto grau de *clientelismo* e *patronagem*⁴ partidária, além do personalismo em eleições municipais (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017). A indiferenciação eleitoral e programática dos partidos políticos brasileiros seria também uma consequência do sistema de lista aberta, que possibilita a formação de coligações e do presidencialismo, que leva a uma fragmentação partidária no Legislativo. Essa indiferenciação partidária e ideológica é ainda mais perceptível quando se trata de eleições de âmbito municipal, onde concentra-se alto grau de personalismo político e patronagem nas práticas político-partidárias.

Entretanto, nas eleições presidenciais é perceptível aos eleitores as posições centrais de PT e PSDB, que dominam tais disputas desde 1994. Segundo Ribeiro e Bolognesi (2017), a literatura especializada afirma que essa polarização vai perdendo força em âmbitos locais, dissipando-se em meio às relações familiares, patronagem, clientelismo e disputas locais, ao passo que visam testar se o localismo das disputas municipais pulveriza as diferenças ideológicas. Para isso, analisam o legislativo municipal do estado de Santa Catarina, com o objetivo de identificar a existência (ou não) de diferenças ideológicas entre os partidos,

⁴ Segundo Ottmann (2006) o “patrimonialismo” ocorre quando os políticos usam de forma privada os recursos públicos privilegiando amigos, familiares e sua clientela política, ou seja, opera a “patronagem” de forma privada. Dessa maneira, a “patronagem” política refere-se ao uso de verbas para concessão de benefícios a base eleitoral do político, ao passo que o termo “clientelismo” se trata da troca de favores em que indivíduos se beneficiam mutuamente, mas de modo desigual, numa relação entre “patronos” e “clientes”.

averiguando a correlação de valores e posicionamentos ideológicos dos representantes e as respectivas legendas partidárias.

Se entre a população prepondera a ausência de percepção acerca das diferenças ideológicas entre os partidos, o mesmo também se repete entre os parlamentares, ainda que com menor frequência comparativa à percepção popular, sendo possível afirmar que a elite política posiciona o seu partido de forma coerente⁵ nos polos ideológicos. Dessa maneira, os autores classificam os partidos de duas formas: de acordo com o posicionamento ideológico atribuído pela literatura, de um lado, e conforme o tamanho dos partidos, de outro, considerando o número de cadeiras ocupadas no Congresso Nacional. Conforme o primeiro critério, os partidos foram distribuídos da seguinte maneira: esquerda = PDT, PSB, PT, PCdoB, PCB, PCO, PPL, PSOL e PSTU; centro = PMDB, PSDB, PV e PPS; e direita = DEM, PL, PP, PR, PSD, PTB, PEN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC e SDD⁶. Relacionando a ideologia com o tamanho dos partidos, Ribeiro e Bolognesi (2017) os distinguiram da seguinte maneira: grandes de esquerda = PT, PSB e PDT; pequenos de esquerda = PCdoB, PCB, PCO, PPL, PSOL e PSTU; grandes de centro = PSDB e PMDB; pequenos de centro = PV e PPS; grandes de direita = DEM, PL, PR, PSD e PP; e pequenos de direita = PTB, PEN, PRB, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PTC e SDD.

Os dados do Censo do Legislativo Municipal Catarinense apontam que, considerando o pertencimento a cada grupo ideológico, 41,5% dos vereadores compõem partidos de direita, 42,9% os de centro, 15,2% os de esquerda e 0,4% os partidos fisiológicos, resultados que destoam do cenário nacional, onde os parlamentares posicionam-se majoritariamente entre centro-esquerda e centro (ZUCCO, 2011 *apud* RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017).

Os dados analisados pelos autores demonstram que, em âmbito municipal, em Santa Catarina os grandes partidos dominam o cenário político, sendo o conjunto de vereadores composto por 98,1% de provenientes de grandes partidos contra 1,9% de pequenos. Ao combinar o tamanho dos partidos com ideologias, os autores percebem que os partidos de direita apresentam três vezes mais vereadores que os de esquerda.

Na pesquisa, também foi analisada a maneira como os vereadores se posicionam ideologicamente, para que fosse possível verificar se há ou não coerência com a ideologia de seus respectivos partidos. Nesse sentido, os autores identificam que há forte relação entre os

⁵ Coerência aqui compreendida na correlação entre a percepção da diferenciação ideológica anunciada, para com os programas partidários executados tanto internamente no partido, quanto externamente quando da realização e gestão via mandato, a par da observação histórica da prática política.

⁶ Os autores também agrupam os partidos fisiológicos, PHS, PTdoB, PMN e PROS, sendo os que não possuem cadeiras suficientes no legislativo e não manifestam posições ideológicas em seu programa.

posicionamentos dos vereadores e os dos partidos, principalmente nos extremos da escala, resultados que reafirmam, segundo Ribeiro e Bolognesi (2017), o quão relevante é a variável *ideologia* para explicar a estrutura dos partidos no Brasil.

Os autores testam de forma mais rigorosa a considerável coerência entre o auto posicionamento ideológico e a classificação dos partidos, por meio da identificação das relações entre legendas de pertencimento e o posicionamento acerca de temas que separam a direita e a esquerda. Para tanto, selecionaram três temas que marcam e diferenciam programas de gestão e político-partidários ao se comparar esquerda e direita, via de regra, quais sejam: *participacionismo*, *estatismo* e *liberalismo econômico*⁷. A expectativa era a de que a direita seria mais liberal economicamente, ao passo que a esquerda seria mais estatista e participacionista, sendo que o posicionamento acerca dos temas não tem relação com o tamanho dos partidos.

Com relação ao participacionismo, os vereadores dos partidos de esquerda apresentaram uma média mais elevada. A respeito do estatismo, todos os grupos registram médias altas, concordando que o Estado deve ter forte atuação, o que é justificado, segundo os autores, por se tratar de uma classe política que se realiza através de recursos estatais e relações de clientelismo. Com relação ao liberalismo no plano econômico, as diferenças voltam a ser relevantes entre os grupos de partidos, onde os partidos de direita possuem uma média mais elevada que os de esquerda, e os de centro aproximam-se da direita.

Ribeiro e Bolognesi (2017) concluem que a hipótese de indiferenciação ideológica entre ocupantes de cargos legislativos no nível local não se sustenta. Os resultados destoam do diagnóstico de que há uma fragilidade programática nos partidos políticos brasileiros, de maneira que é possível afirmar que existe uma coerência entre o auto posicionamento ideológico dos vereadores e seus respectivos partidos políticos. As variáveis de liberalismo econômico e participação política apontam uma considerável diferença entre os legisladores de esquerda e os demais. Apenas o tema estatismo destoa desse padrão, visto que há um consenso entre os vereadores catarinenses acerca da importância da atuação do Estado brasileiro, a partir

⁷ Nesse contexto, o termo “participacionismo” se refere à tendência de se legitimar a democracia conforme o nível de participação dos cidadãos em plebiscitos, conselhos, orçamentos participativos e a participação direta (RIBEIRO e BOLOGNESI, 2017). Já o termo estatismo, segundo Sousa et al. (1998), designa o predomínio absoluto na organização, regulamentação e direção da vida sócio-político-econômica que o Estado tem, ao passo que o liberalismo econômico visa garantir a liberdade do mercado em face do intervencionismo estatal. Dessa maneira, Ribeiro e Bolognesi (2017) mensuraram tais conteúdos ideológicos conforme os posicionamentos acerca da responsabilidade de serviços, ou seja, se o governo ou as empresas devem ser mais ou menos responsáveis pela educação, saúde, aposentadoria, previdência social, transporte, estradas/rodovias, água/esgoto, serviços bancários, produção de petróleo e telecomunicações.

da ideia de clientelismo, anteriormente destacada. Daí porque se revela altamente essencial a consideração das posições ideológicas individuais dos vereadores para com os conteúdos programáticos publicados pelas legendas partidárias, que, em última instância, acabam por revelar certa escolha do filiado e permanência no partido de sua preferência.

Nesse cenário, o estudo dos vereadores de Santa Catarina revela a importância da análise e pesquisa sobre diferenciação ideológica, tanto no que diz respeito às esferas de poder local, com competências reduzidas e voltadas a temas mais pontuais dada a proximidade do vereador com seu eleitor e mesmo com a rotina de sua cidade, quanto à necessidade de análise no âmbito Estadual e Federal, onde ideologias partidárias podem ter suas diferenças mais marcadas na prática legislativa dos parlamentares.

2 ESTATISMO COMO DIMENSÃO DA CULTURA POLÍTICA

Como o recorte empírico sobre a cultura política das elites do Legislativo Nacional recai sobre o que convencionou-se chamar de estatismo, se fez necessária uma contextualização geral sobre alguns importantes sentidos relacionados a esse termo.

Estatismo ou **estadismo** (numa tradução literal do inglês *statism*) foi um termo cunhado em 1962 pela filósofa Ayn Rand para descrever a defesa política ou ideológica da autoridade do Estado e sua intervenção em atividades econômicas, individuais e coletivas, em contraste conceitual com o liberalismo, defensor de ampla liberdade nessas atividades e ceticismo em relação às ações do Estado (RAND, 1962), o que autorizava a utilização do termo, inclusive, para designar concepções de Estado mesmo em regimes autoritários, ditatoriais ou não democráticos.

Nesse sentido, cumpre esclarecer e estabelecer, desde já, que os termos “estatismo”, “liberalismo” e congêneres, serão aqui adotados numa contextualização moderna e em regimes essencialmente democráticos.

Para tanto, este capítulo atenta-se para a definição de conceitos sobre o Estado, dentro de um contexto democrático, além de uma breve contextualização histórica sobre o aumento da interferência do Estado nas sociedades pós-industriais com o *Welfare State*, seguido da propagação do neoliberalismo numa diminuição crescente da intervenção estatal. Por fim, exemplifica-se tal abordagem por meio de dois trabalhos de Daniel Capistrano (2008, 2013) sobre os valores e orientações acerca do Estado pela opinião pública no Brasil e na Argentina e as transformações que têm sido verificadas na cultura política do Brasil, valores estes arrematados, ao final, com os contornos analisados por Maria Celi Scalon (2007) sobre a visão da população, dividida entre elite e “povo”, acerca de Estado, desigualdade e justiça social.

2.1 VISÕES ACERCA DO ESTADO

Garretón *et al.* (2007) caracterizam o Estado como a combinação de instituições concretas e simbólicas que - dependendo de como as esferas sociais interagem - exercem funções coercitivas, reguladoras, redistributivas e integradoras, não podendo, portanto, o Estado ser resumido a apenas uma função. Os autores destacam que é importante diferenciar “estatismo” de “estaticidade”, sendo que o último se refere aos princípios e funções do Estado e o primeiro são as políticas governamentais específicas, como aquelas que estabelecem a

intervenção do Estado na economia. Enquanto Badie e Birnbaum (1983) argumentam que o Estado seria uma ‘invenção social’ emergida em um determinado contexto histórico,

De maneira prática, a definição do Estado utilizada incorpora tanto instituições formais e concretas reconhecidas como autoridades detentoras de poder de coerção, regulação e intervenção, como o Governo, os Partidos Políticos, o Congresso, o sistema judiciário, as Forças Armadas, quanto instituições simbólicas como a integração nacional, a classe política, entre outras. (CAPISTRANO, 2008, p. 47).

Com o processo de modernização e globalização da Economia que vem ocorrendo desde a Revolução Francesa e da Revolução Industrial, é frequente o questionamento sobre a importância do Estado, juntamente com as hesitações sobre seu grau de interferência na economia.

Após a Grande Depressão de 1929, houve um aumento da intervenção econômica estatal nos países ocidentais com a formação de Estados comprometidos com a garantia do bem-estar social, garantindo políticas que assegurassem a diminuição da desigualdade, além do progresso da saúde e da educação. O *Welfare State* (Estado de bem-estar social) surgiu baseado nas políticas keynesianas, sendo uma das marcas da “era dourada” de prosperidade pós-guerra, o qual significou mais do que a inclusão de políticas sociais, bem como um esforço de reconstrução econômica, moral e política. No Brasil, o *Welfare State* foi consolidado institucionalmente entre os anos de 1930 e 1970 (ESPING-ANDERSEN, 1991). Na década de 1930, sob o governo Getúlio Vargas, houve um aumento estratégico do papel do Estado na regulação da economia e das políticas nacionais. O contexto era de um período conservador e autoritário, que representou a passagem de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial (MEDEIROS, 2001).

A Constituição Federal de 1988⁸ estabeleceu as formalidades que determinassem um Estado de bem-estar social no Brasil, trazendo à tona os direitos sociais como dimensão dos direitos fundamentais do homem, com o objetivo de garantir as condições materiais imprescindíveis aos indivíduos na sociedade, exigindo do Estado uma intervenção de ordem social para a garantia de tais direitos por meio da criação e implementação de políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades sociais.

⁸ No artigo 6º da Constituição Federal consta que “[...] são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2001).

Segundo Capistrano (2008), a instituição do *Welfare State* - que passou a garantir segurança física e econômica à população - impulsionou uma mudança de valores. Em alguns países ocorreu também o aumento do nível educacional, o que, de acordo com Moors (2003), é um dos fatores significativos, ou até mesmo determinante, para a mudança de valores em direção ao pós-materialismo.

Uma das razões do desaparecimento gradual do *Welfare State* em diversos países, seguido de uma diminuição na intervenção do Estado, seria resultado da expansão de valores pós-materialistas, pois segundo Almeida (2007) conforme o grau de escolaridade aumenta em um país, o apoio ao Estado tende a diminuir (CAPISTRANO, 2008).

Entre os anos 1960 e 2000, ocorreu uma transformação nos Estados Unidos e na América Latina, por meio da qual os Estados desenvolvimentistas e de Bem-Estar Social se transfiguraram em Estados neoliberais. Na América Latina, a propagação da ideologia neoliberal foi consequência do Consenso de *Washington*, ocorrido em 1989. De acordo com Ferrer (2006), toda estratégia econômica das economias latino-americanas ficava submetida ao paradigma central, que requeria a abertura da economia e a redução do papel do Estado.

Como consequência das mudanças estruturais, como o avanço da informação e comunicação, internacionalização da economia e globalização, ocorreu uma transformação nos valores, atitudes políticas e orientações das populações de diversos países ocidentais, inclusive nos países latino-americanos. Para Inglehart (1988) o aspecto central da cultura política na virada do século XX para o XXI é o que chama de “desenvolvimento humano”, caracterizado pelo aumento do individualismo e da autonomia individual. A transformação da cultura política acompanharia uma tendência global que favorece o individualismo em detrimento de um apoio à intervenção do Estado.

Capistrano (2008) analisa a transformação da cultura política na América Latina com relação ao papel do Estado entre 1980 e 2006. O objetivo é entender como se deu essa transformação de valores, atitudes e orientações, selecionando o Brasil e a Argentina como objetos de análise, devido à extensão territorial e importância econômica que possuem, somado ao fato de apresentarem mais dados sobre cultura política e por representarem as duas tradições colonizadoras na América Latina.

O autor teve como foco verificar o que a opinião pública diz sobre o estatismo, considerado esse como o conjunto de valores, atitudes e orientações da população sobre o papel do Estado na economia, na política e na vida social de um país. Capistrano (2008) considera

como expressões dessa cultura política a opinião dos indivíduos sobre diversas instituições concretas e simbólicas que compõem essa perspectiva de Estado.

No Brasil e na Argentina as posições de estatismo e individualismo, que são aparentemente contraditórias, podem ser complementares. Capistrano (2008) testa essa hipótese, seguindo as pistas de Catterberg (1991) de que há tanto a predominância de uma cultura política estatista quanto valores e atitudes ligadas ao individualismo. O tema central da pesquisa de Capistrano (2008) é a mudança na cultura política e a tendência dessa transformação nos países latino-americanos.

A análise comprovou que, juntamente com as mudanças estruturais próprias das sociedades pós-industriais, há uma mudança nos valores básicos dos indivíduos dessas sociedades. Verificou-se que na Argentina e no Brasil - dentro do período estudado - ocorre um aumento da valorização da autonomia individual e do desenvolvimento humano.

Quando questionados sobre quais qualidades importantes a serem ensinadas aos filhos, percebe-se que tanto na Argentina quanto no Brasil a qualidade “não ser egoísta” sofre uma queda de valorização, ao passo que a ideia de “independência” mostra um crescimento nas amostras ao longo do período. Ademais, o estudo identificou que em ambos os países houve aumento do individualismo de maneira concomitante à elevação do estatismo, de modo a concluir que tais dimensões não são opostas, mas complementares.

Após o processo de liberalização econômica, o século XXI iniciou-se com uma legitimação crescente da ação do Estado na opinião pública dos argentinos e dos brasileiros. Capistrano (2008) justifica que tal fato se deu pelas sequentes crises e reformas econômicas que ocorreram nas décadas de 80 e 90 do século XX, além da tradição da cultura política latino-americana de matriz estatista. A confirmação de uma tendência estatista estaria relacionada com um forte apoio à democracia e rejeição a regimes autoritários.

Em trabalho posterior, Capistrano (2013) investigou quais características sociais, culturais e econômicas favoreceram a maior participação do Estado na sociedade. O autor buscou entender quais os efeitos da posição pró-Estado e suas raízes culturais, ou seja, por qual motivo algumas sociedades apoiaram mais e outras menos o Estado, considerando que a cultura de uma determinada sociedade é marcante para entender essas questões, por meio da investigação da relação entre cultura e orientações políticas em relação ao papel do Estado, comparando o Brasil e os Estados Unidos, e partindo do pressuposto de que cada país tem uma cultura política como uma unidade analítica, reconhecendo suas heterogeneidades e subculturas internas.

O autor evidencia que o Estado é um forte indutor da formação da cultura política de qualquer sociedade. Sendo assim, tem papel como formador de política, ou como produto de uma estrutura econômica, social e política estabelecida. A cultura é um “importante fator para se compreender as práticas políticas reinantes na sociedade e, mais especificamente, a forma como a sociedade se posiciona frente à imagem do Estado” (CAPISTRANO, 2013, p. 144). Em países latino-americanos, por exemplo, é predominante uma cultura política clientelista e patrimonialista, ideias que são sustentadas pelo Estado, ao passo que a sociedade civil a reproduz.

Nesse sentido, as ações do Estado relacionam-se diretamente a questões de classes sociais e desigualdades de renda, educacionais, raciais e de gênero. No início deste século, segundo Scalón e Salata (2016), o tema tem ganhado maior visibilidade com a elevação da renda, superação da pobreza extrema e inclusão por meio de crédito e do consumo. Entretanto, elementos fundamentais de justiça social e equidade não foram alcançados.

O conceito de desigualdade não pode ser entendido no singular, pois representa uma pluralidade. Amartya Sen (*apud* SCALÓN; SALATA, 2016) evidencia que as desigualdades são multifacetadas e se baseiam em dois tipos de diversidade: a heterogeneidade humana e a pluralidade de dimensões em que a igualdade pode ser definida, de modo que a igualdade deve ser analisada conjuntamente com outras questões:

Desigualdade não é exatamente um conceito que pode ser usado de forma unívoca, porque se apresenta em múltiplas dimensões, é multifacetado e, talvez, exatamente por sua característica variada e abrangente, é estável e resistente. E ao afirmar que desigualdade não é um conceito unívoco queremos, também, defender que tampouco é um conceito unívoco. Aliás, está muito longe disso, porque admite – e deve mesmo admitir – múltiplas interpretações. Assim, temos diante de nós a tensão entre a igualdade da condição humana, portanto uma perspectiva essencialmente iluminista, e a desigualdade que se apresenta na própria diversidade – ou heterogeneidade – dos indivíduos. E aqui podemos inserir como elementos de heterogeneidade a escolha e a agência – fatores centrais das liberdades individuais (SCALÓN; SALATA, 2016, p. 184).

De acordo com os autores, tanto o foco nas instituições apresentado na teoria de John Rawls (1977) quanto o foco no comportamento individual e social são relevantes. As análises de desigualdades e justiça social não estão relacionadas apenas com os condicionantes de escolha e de oportunidades, mas também com as possibilidades de enfrentamento. No Brasil, os estudos sobre desigualdade mostram que prevalece a crença de valores meritocráticos, na base do esforço e qualificação, o que pode levar a uma maior tolerância às desigualdades.

Nos estudos sobre desigualdades é essencial que se analise a estrutura social, já que “[...] uma sociedade será tanto mais justa e igual quanto melhor for a distribuição dos indivíduos pelos diversos estratos que a estrutura” (SCALON, 2007, p. 135). Existe uma dicotomia entre igualdade social e liberdade individual, uma vez que a liberdade individual está atrelada ao individualismo, meritocracia, competitividade e características individuais adquiridas, ao passo que a igualdade social se refere à defesa de políticas sociais e redistributivas e Estado de bem-estar.

Ao serem questionados sobre quem deveria ser responsável pelo combate às desigualdades, 74% dos respondentes atrelaram ao governo ou aos deputados e senadores. Com o estudo de Scalon (2007) ficou evidente que a cultura política brasileira consiste em um amplo reconhecimento do Estado como o principal responsável pelo combate à desigualdade, de modo que poucos se identificam como capazes para exercer esse papel. Segundo a autora, isso se dá pelo contexto histórico, pois direitos civis foram adquiridos por meio de decisões políticas do Estado, além do regime militar que desarticulou os movimentos sociais. Sendo assim, esse resultado significa que os brasileiros não se sentem responsáveis pelo combate às desigualdades, além de apresentar um baixo nível de participação e representação da sociedade.

Charles Wright Mills (1958), nas palavras de Capistrano (2013), define que as elites do poder são entendidas como grupos minoritários dotados de poder para exercer dominação política em um contexto nacional, sendo responsáveis por gerenciar as ações do Estado. O autor contemporâneo elucidou que a visão e a orientação das elites estão relacionadas à cultura política de sua respectiva sociedade. Sendo assim, os valores, orientações e atitudes da elite política que gerencia o Estado devem ser inclinados pelos valores, atitudes e orientações compartilhados pela população em geral. Considerando que em regimes democráticos as elites políticas são eleitas para representar, é de se esperar que haja uma congruência entre os representantes políticos e os representados, ou seja, entre a elite e a massa. “Sugere-se que haja um viés cultural na visão das elites políticas dos países como resultado de sua formação em regimes democráticos” (CAPISTRANO, 2013, p. 128).

2.3 TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS RELACIONADAS AO ESTATISMO

O conceito de ideologia é substancial para o debate acerca da díade esquerda-direita. Uma gama de diferentes significados é atribuída ao termo, porém são duas as tendências mais gerais, ao qual Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) classificam como “significado fraco” e

“significado forte” da ideologia. Em seu significado fraco, ideologia pode ser vista como “[...] um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (BOBBIO et al., 1998, p. 585). Já o significado forte, tem origem no conceito de ideologia de Marx, como falsa consciência das relações de domínio entre classes (Ibid., p.586).

As categorias esquerda-direita surgiram no contexto da Revolução Francesa para indicar preferências políticas. À esquerda do rei sentavam-se os delegados ligados ao igualitarismo e reforma social e à direita os delegados identificados com aristocracia e conservadorismo. Ao longo do século XIX, na Europa, esquerda e direita passaram a ser associados aos conceitos de liberalismo e conservadorismo, porém após o movimento operário e a difusão da perspectiva marxista, o conteúdo da posição de esquerda passou a incorporar a defesa dos interesses da classe operária (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Os debates da socialdemocracia, no final do século XIX, colocaram a burguesia em defesa do capitalismo à direita. Na década de 1930, com a emergência do keynesianismo, os estados de bem-estar social e políticas redistributivistas reforçaram a oposição entre liberdade de mercado e Estado interventor, com isso o conceito de liberalismo se deslocou para à direita.

O significado que vincula a defesa da igualdade social, herdeira de princípios socialistas, com a esquerda, e a defesa do livre mercado capitalista com a direita parece ter sobrevivido aos rearranjos mundiais do final do século XX (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 151).

Muitos autores afirmam que a díade esquerda-direita está bem além dos conceitos usuais nos períodos da URSS que os relacionava a capitalismo-socialismo, porém o fim da bipolaridade não significou o fim da dicotomia. Com o fim da guerra fria, a esquerda perdeu bases materiais que sustentavam o ideal socialista, enfrentando uma crise que semeou a dúvida entre projetos reformistas e de ruptura.

Norberto Bobbio (1995) é um dos clássicos que defendem a necessidade de atualizar os termos por um viés que envolva os conceitos de igualdade e liberdade. O autor distingue que a esquerda prioriza a igualdade ao passo que a direita prioriza a liberdade (considerando que as desigualdades seriam naturais). O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis; o não igualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, não elimináveis. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o ‘inigualitário’ condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

De acordo com Scheeffter (2016) é

[...] evidente que atualmente a dimensão “mais” ou “menos” Estado tem balizado grande parte do debate político e, por isso, estratégias do tipo socialdemocratas e neoliberais acabam por dar conta, em boa medida, dos principais projetos políticos defendidos em tempos atuais. Uma das alternativas teórico-práticas encontradas (conscientemente ou por intermédio de "erro e acerto") pela nova esquerda foi a socialdemocracia” (SCHEEFFTER, p. 41)

A socialdemocracia originou-se no final do século XIX na Alemanha, com o surgimento do primeiro partido com essa base ideológica. A inspiração foi marxista, porém o meio para a conquista de poder não seria com a revolução, mas sim com as instituições democráticas. O objetivo seria chegar ao socialismo mediante a democracia de maneira reformista, porém não foi aplicável (PZREWORSKI, 1988), a partir disso o termo socialdemocracia passou a ter um significado distinto. O conceito ressurgiu no contexto da grande crise de 1929. Keynes (1985) pensou em estratégias de aderir ao capitalismo na busca de direitos dentro do Estado burguês. A intervenção do Estado no mercado possibilitaria a “humanização” do capitalismo. Os modelos de socialdemocracia variaram bastante e, na prática, trata-se de uma filosofia política que busca a implementação do *Welfare State*.

A proposta foi a de que os direitos políticos garantiriam os direitos mínimos de um cidadão, tal como renda, alimentação, saúde, habitação, educação. De acordo com Giddens (2010), os dois grandes objetivos do *Welfare State* era criar uma sociedade mais igualitária e garantir um sistema robusto de proteção social, além de garantir de forma plena a efetivação de direitos sociais. De acordo com Couto (2006), os socialdemocratas objetivavam a igualdade por meio da intervenção do Estado em uma busca incessante por efetivação dos direitos sociais. Aggio (2013), nas palavras de Scheeffter (2016), apresenta alguns valores que permanecem hoje como eixos da identidade política e cultural da esquerda, o que se encaixa perfeitamente no conjunto de princípios socialdemocratas.

Os princípios seriam:

1) a defesa do bem-estar-social ao invés do bem-estar individual; 2) a valorização das responsabilidades coletivas; 3) a extensão da igualdade de oportunidade para todos; 4) a vigência de um Estado forte que seja capaz de corrigir as injustiças sociais por meio de uma ação distributivista da riqueza material produzida pela sociedade e, por fim; 5) a perspectiva de uma mudança das estruturas de poder por meio da democratização e da participação política (SCHEEFFTER, 2016, p. 44).

Em vista disso, surge o ideário neoliberal, associado hoje a valores inclinados à direita. O liberalismo é um conceito difícil de definir devido às variações entre os autores, porém uma

das possibilidades é separar – para fins didáticos – o liberalismo econômico do liberalismo político, considerando que problemas econômicos e políticos nem sempre são dependentes.

O liberalismo político está ligado à relação entre indivíduo e Estado. A liberdade do indivíduo é o bem supremo e há a defesa da maximização da liberdade individual alcançada com a minimização do Estado. O liberalismo econômico está associado ao Estado não intervir no mercado, ponderando-se que quando o mercado atua sem interferência externa, o resultado é o aumento da eficiência econômica e, como decorrência, uma melhoria nas condições de vida de todos. Sendo assim, na lei da oferta e da procura o mercado se autorregula e atinge o equilíbrio (SCHEFFER, 2016, p. 44).

O neoliberalismo surgiu como fenômeno distinto do liberalismo clássico, conforme as novas condições sociais e históricas. Nasce pós-segunda guerra como uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, com base na obra “O caminho da servidão” de Hayek (1977). O argumento é que o igualitarismo imposto pelo coletivismo restringiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. De acordo com Hayek (1977), a política de liberdade para o indivíduo seria a única que conduziria ao progresso.

Prezando os fundamentos do individualismo, a obra trabalha com a concepção de que o mercado é o regulador da riqueza e da renda, ao passo que a iniciativa individual seria a base da atividade econômica. Considera, portanto, que a intervenção estatal representa uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar, com vistas a restabelecer o equilíbrio.

Os princípios neoliberais concentram-se na necessidade da redução do papel do Estado no campo das políticas de bem-estar social, sendo uma ameaça às liberdades individuais, que inibe a concorrência privada e amplia os controles da burocracia, incluindo a redução do grau de universalização dos programas sociais e direitos aos serviços sociais.

Moraes (2002), nas palavras de Scheeffler (2016), expõe que os argumentos neoliberais sobre os problemas do *Welfare State* são:

- 1) os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento); 2) os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamento de indivíduos, grupos sociais e empresas; 3) os resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas. (SCHEEFFER, 2016, p. 47).

De acordo com Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *Welfare State*, sendo que os socialdemocratas defendem um

Estado com dispêndio elevado e os neoliberais um Estado mínimo. O autor pondera que a direita aceita melhor a existência das desigualdades do que a esquerda e está mais inclinada a apoiar os poderosos. Os neoliberais veem na desigualdade um “princípio motivador da eficiência econômica”.

Alguns autores consideram a chamada “nova direita” como a conexão de todos esses elementos ideológicos em um discurso persuasivo, que vai além da questão econômica ou fiscal das políticas sociais. A “nova esquerda” teria abandonado a ideia de revolução, buscando reformar ou humanizar o sistema por meio de um Estado interventor, e a “nova direita” preza pelo neoliberalismo, a liberdade individual e Estado mínimo.

O intervencionismo [estatal] apenas pode ser associado à esquerda em sua vertente igualitária. São condizentes políticas de distribuição de renda, bem como políticas regulatórias que obrigam os agentes privados a promover algum tipo de redistribuição. (SCHEEFFER, 2016, p. 48).

Scheeffer (2016) organizou as abordagens teóricas acerca do debate da díade esquerda-direita nas ideologias clássicas, que se focam na divergência em relação à intervenção social e econômica, conforme replicamos no quadro 1.

Quadro 1 - Divergências em relação a temas ligados às ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve dar-se sempre que se julgar necessário (Keynes, 1985).	O Estado deve abster-se de questões econômicas, já que o mercado se autorregula, como se houvesse uma “mão invisível” orientando esse processo (Smith, 1982).
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser enfrentada via programas sociais ou superação da ordem, no caso de uma esquerda mais radical (SOUZA, 2009).	A pobreza, quando atacada, deve dar-se de forma focalizada e limitada. Auxílios “exagerados” podem levar à acomodação e ao declínio da “ética do trabalho” (OLIVEIRA, 2003).
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades (SOUZA, 2009).	A criminalidade, em grande parte, é responsabilidade dos indivíduos (SOUZA, 2009).
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem (COUTO, 2006).	Os tributos são maléficos, pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2003).
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho (COUTO, 2006).	O mercado de trabalho deve ser desregulado, visto que o mercado autorregula as relações de trabalho (OLIVEIRA, 2003).
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado (AGGIO, 2013; SETEMBRINI, 1997).	Buscando diminuir o tamanho do Estado, uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais - privatização (MORAES, 2002; OLIVEIRA, 2003).

Fonte: Scheeffer, 2016, p. 49.

Segundo Sardenberg (2008), a maior ou menor ênfase na igualdade ou liberdade é o que diferencia fundamentalmente a esquerda e a direita. Sendo assim, as políticas que visam à igualdade são predominantemente de esquerda. Por outro lado, a direita visa proteger a liberdade e o direito individual. Dessa maneira, o liberalismo tolera as desigualdades para não ferir a liberdade individual e a esquerda aceita restringir a liberdade do indivíduo, em nome da igualdade social, sob o ponto de vista dos apanhados conceituais.

Heywood (2010) evidencia a transição de velhas ideologias para novas, que está diretamente relacionada à transição de sociedades industriais para pós-industriais. A nova conjuntura possibilita o debate sobre questões pós-materialistas, que incluem temas como: igualdade entre sexos, paz mundial, harmonia racial, proteção ambiental e direito dos animais. De acordo com o autor, as “novas” ideologias se diferenciam das “clássicas” em três pontos principais: estão mais interessadas na cultura que na economia, o termo “identidade” passa a ser sobreposto sobre “classe social” e o universalismo sobrepõe o particularismo.

De acordo com Tarouco e Madeira (2013), a crise fiscal do *Welfare State* e a proliferação do neoliberalismo aproximaram do centro tanto a esquerda quanto a direita, mas no sentido geral a luta pelo socialismo e a defesa do capitalismo ainda faz parte de extremos opostos. Os autores isolam categorias que se referem às acepções econômicas contemporâneas de esquerda e direita, incluindo questões políticas e históricas. A tendência é que as políticas redistributivistas sejam preferidas pelos governos de esquerda, enquanto as de ajuste sejam preferidas pelos governos de centro e de direita. As diferenças político-ideológicas entre os partidos são variáveis independentes que explicam as coligações eleitorais e prioridades orçamentárias, já que as preferências políticas dos partidos podem explicar os gastos sociais do governo, assim como os resultados macroeconômicos.

Um outro debate que cerca a questão da desigualdade e políticas públicas que visam o igualitarismo são as ações afirmativas, que objetivam garantir os direitos – como vagas no ensino superior público – para populações historicamente desprivilegiadas. De acordo com Gomes (2011), podemos definir como ações afirmativas as políticas públicas e privadas que se voltam para o princípio da igualdade material, com o objetivo de neutralizar as discriminações existentes na sociedade. “A igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade” (GOMES, 2011, p. 5).

Projetos de ações afirmativas – tais como reserva de vagas aos negros e pobres – visam instituir “medidas compensatórias” em busca de implementar o princípio constitucional da igualdade. O conceito de igualdade que sustenta juridicamente o Estado liberal burguês (a lei deve ser igual para todos), começou a ser questionado quando se constatou que a igualdade de direitos não garantia o acesso precedido de disputa, pois os desprivilegiados social e economicamente não estão no mesmo ponto de partida e de disputa que os privilegiados. Os Estados Unidos da América foram o país pioneiro na adoção de ações afirmativas de Estado, com o objetivo de reduzir as desigualdades causadas pela marginalização do negro na sociedade, estendendo-se posteriormente às mulheres, índios, deficientes físicos e minorias étnicas.

Quanto tratamos de questões relacionadas à igualdade e inclusão, não se faz tão relevante se há mais ou menos intervenção estatal, mas sim como o Estado atua a respeito de tais questões. Eleva-se, assim, o fenômeno chamado “multiculturalismo” (HEYWOOD, 2010; SCHEEFFER, 2016), sendo um processo que se originou a partir da necessidade de reconhecimento dos grupos subalternos e de políticas públicas que busquem promover a diversidade cultural.

De acordo com Singer (2002), no Brasil a questão de igualdade não divide a esquerda e a direita como ocorre em países capitalistas centrais. O que diferencia os polos são os meios para alcançar a igualdade, já que a direita reforça que a autoridade do Estado para tal objetivo não cause prejuízo da ordem e a esquerda contesta a autoridade do Estado quando reprime políticas igualitaristas e movimentos sociais, embora demande da sua função redistributiva.

Downs (1999) tem visão mais “pessimista” de que os partidos políticos se movem no espectro ideológico conforme os interesses eleitorais, buscando formular políticas que atendam aos interesses do eleitor mediado sem se apegar a questões ideológicas com relação aos temas, por uma questão de estratégia eleitoral.

Sendo assim, para construir uma escala de valores de esquerda e de direita no Brasil deve-se considerar todas as ambiguidades sobre as expectativas com relação ao papel do Estado. Considerando os paradoxos da conjuntura do Brasil, Tarouco e Madeira (2013) criaram categorias que indicam posicionamentos à esquerda e à direita, conforme o Quadro 2 nos apresenta.

Quadro 2 - Categorias indicativas de posicionamento ideológico

Categorias indicativas de posicionamento à esquerda	Categorias indicativas de posicionamento à direita
<ul style="list-style-type: none"> ● Regulação do mercado; ● Planejamento econômico; ● Economia controlada; ● Análise marxista; ● Expansão do <i>Welfare State</i>; ● Referências positivas à classe trabalhadora. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Menções positivas às forças armadas; ● Livre iniciativa; ● Incentivos; ● Ortodoxia econômica; ● Limitação do <i>Welfare State</i>; ● Referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária).

Fonte: Adaptado de Tarouco e Madeira (2013, p. 159).

De acordo com Zucco Jr. (2011), a ideologia relacionada a velhos temas, tais como carga tributária e intervenção social e econômica tem sido um determinante fraco para prever o comportamento legislativo no Congresso Nacional, visto que a tendência é de que os partidos do governo busquem uma maior arrecadação para facilitar o desempenho, o que não é necessariamente esperado da oposição.

Todas essas pesquisas orientam à pergunta aqui fundamental: há diferenças significativas nos valores e atitudes dos parlamentares brasileiros de esquerda e direita no que diz respeito especificamente ao papel do Estado? No próximo capítulo serão apresentados os resultados encontrados.

3 ESTATISMO ENTRE ELITES LEGISLATIVAS FEDERAIS

A cultura política das elites legislativas nacionais, especificamente quanto ao tema do estatismo, foi avaliada por meio da seleção de variáveis relacionadas a esse tema de maneira direta e indireta. Para apresentar os resultados encontrados, o presente capítulo foi dividido em três seções, que apresentam os dados e a metodologia empregada para a análise, a divisão dos partidos políticos por blocos ideológicos, bem como as considerações sobre os testes realizados.

3.1 DADOS E METODOLOGIA

Para testar a relação entre estatismo e a ideologia dos parlamentares federais brasileiros, foram utilizados os dados produzidos no âmbito da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) referentes ao ano de 2013, já apresentada. É importante considerar, assim como Power e Zucco Jr. (2014), que as preferências declaradas podem informar melhor a respeito da interpretação dos dados comportamentais. Sendo assim, a declaração dos parlamentares acerca dos seus posicionamentos possui ressalvas, considerando que os mesmos podem proferir aquilo que acreditam que é o esperado, o que não garante que em seus comportamentos não surjam atitudes contraditórias, como já lembrado por Downs (1999), a respeito do movimento ocorrido no espectro ideológico e deste “desapegado”, a partir de interesses e estratégias eleitorais. Todavia, são os dados oficiais disponíveis a permitir a análise pretendida, tanto quanto possível contextualizados.

As preferências e o posicionamento declarados pelos próprios parlamentares informam com maior precisão sobre tal distribuição das legendas no espectro ideológico e servem como base à interpretação de dados. Ademais, a racionalização oferecida pelos próprios congressistas teria um significado notável para a atividade legislativa (MACIEL; ALARCON; GIMENES, 2017)

A coleta de dados da edição de 2013 da Pesquisa Legislativa Brasileira (PLB) foi feita por meio de questionários auto respondidos enviados a todos os parlamentares brasileiros e depois devolvidos aos pesquisadores. Na edição de 2013 foram retornados 148 questionários, o que corresponde à participação de 23,2% dos parlamentares (Deputados e Senadores) do Congresso Nacional na 54ª legislatura (2011-2014).

Desses respondentes, 30,4% são da região Sudeste, 30,4% da região Nordeste, 14,9% da região Sul, 13,5% da região Norte e 10,8% da região Centro-Oeste. Com relação à idade dos

parlamentares, 75,7% possuíam mais de 50 anos e 24,3% menos de 50 anos de idade. A base de dados não contém informações sobre a escolaridade e o sexo dos parlamentares.

Ainda que o desenho de pesquisa da PLB não corresponda a uma amostra probabilística e que, por conseguinte, o conjunto de dados não represente de forma estatisticamente rigorosa a legislatura em que foi aplicada, a amostra nos permitiu conhecer os valores, posicionamentos e a cultura política da população estudada.

Conforme os argumentos que foram apresentados na seção teórica, esse levantamento é relevante por se tratar da cultura política de agentes políticos que definem, em alguma medida, os rumos da democracia no país. Reiterando os fundamentos de Perissinotto e Braunert (2006), analisar a cultura política das elites é importante por se tratar de um grupo portador de crenças políticas mais articuladas que estão à frente dos processos decisórios ligados diretamente ao sistema democrático.

A PLB revela-se uma base de dados importante dentro das opções de *surveys* produzidos por institutos de pesquisas reconhecidos, em razão da particularidade em aplicar questionários diretamente ao Legislativo Federal, podendo-se considerar até aqui a mais completa acerca do pensamento dos parlamentares brasileiros.

Além da análise particularizada de variáveis, em alguns momentos foi feito o uso de indicadores agregados. Esses índices foram construídos a partir de uma abordagem formativa ao invés do método reflexivo tradicional. Esta última se vale de uma lógica dimensional para agrupar as variáveis que formam o índice, desta maneira os itens são reunidos em uma escala como sendo a manifestação de uma dimensão subjacente (WELZEL, 2013). Os itens, então, são um reflexo desta dimensão, que existe *a priori* dos seus componentes. Já a abordagem formativa considera que os componentes do índice devem ser agrupados porque eles se complementam conceitualmente. Não se utiliza de uma lógica dimensional, na qual os componentes se agrupam porque estão sobrepostos empiricamente, mas sim uma lógica composta que assume que cada variável que compõe o construto representa um elemento do mesmo (DIAMANTOPOULOS; WINKLHOFER, 2001). Diferente do método reflexivo, o índice construído desta maneira é uma existência posterior do mesmo.

Para o desenvolvimento da análise, foram utilizadas variáveis disponíveis no questionário aplicado (Anexo 1), do qual foram extraídos elementos acerca do estatismo para a construção do índice.

3.2 BLOCOS IDEOLÓGICOS

Sendo o objetivo da análise identificar se existe correlação entre o declarado pelos membros do partido e sua localização no espectro ideológico, notadamente no que tange às concepções de estatismo, o melhor método para apresentar tal análise foi agrupar os partidos políticos em blocos. Conforme evidenciado na seção teórica dessa dissertação, a ideologia representa um conjunto de ideias que orientam os comportamentos políticos coletivos (BOBBIO et al., 1998). No caso brasileiro é importante considerar as ambiguidades e paradoxos da conjuntura ao analisar os valores que compõem a díade esquerda-direita.

Considerando as diferenças centrais entre os valores ideológicos que foram destacadas pelos pesquisadores apresentados anteriormente (GIDDENS, 2000; SARDENBERG, 2008; TAROUCO; MADEIRA, 2013; SCHEFFEER, 2016), espera-se – a partir de uma análise por blocos - que os parlamentares de partidos de esquerda posicionem-se a favor de um estado mais interventor em questões econômicas, ou seja, que possuam um grau maior de estatismo e suas decorrências. Da mesma maneira, conjectura-se que o grupo de parlamentares do bloco de direita tenha posicionamentos divergentes em alguma medida, com tendência a preferir menor intervenção estatal e menos responsabilidade do Estado para com o desenvolvimento econômico-social. Os parlamentares dos partidos do bloco que compõe o “centro” são analisados com o objetivo de identificar se suas tendências convergem mais com o bloco de esquerda ou de direita, já que apesar de central, conceitualmente não se pode conceber um partido “que não venha a tomar parte” nas discussões postas a seu crivo.

A classificação dos partidos políticos proposta pela literatura especializada (MADEIRA; TAROUCO, 2011; ZUCCO, 2011; TAROUCO; MADEIRA 2013) comumente os reconhece agrupados entre direita, centro e esquerda, conforme as suas respectivas tendências ideológicas. Contudo, em trabalho recente, Ribeiro e Bolognesi (2017) definiram uma quarta categoria: os fisiológicos, composta por partidos que não manifestam nenhuma posição ideológica previamente conhecida ou definida, para lembrar a movimentação estratégica e oportunista de tais agremiações, como definido por Downs (1999), e/ou não possuem cadeiras suficientes para atuação como bloco legislativo.

O quadro 3 mostra como os partidos políticos brasileiros estão classificados dentro dessas quatro categorias, dando destaque em negrito àqueles que são apresentados na PLB fora da categoria “outros partidos”.

Quadro 3 - Classificação dos partidos políticos conforme a literatura

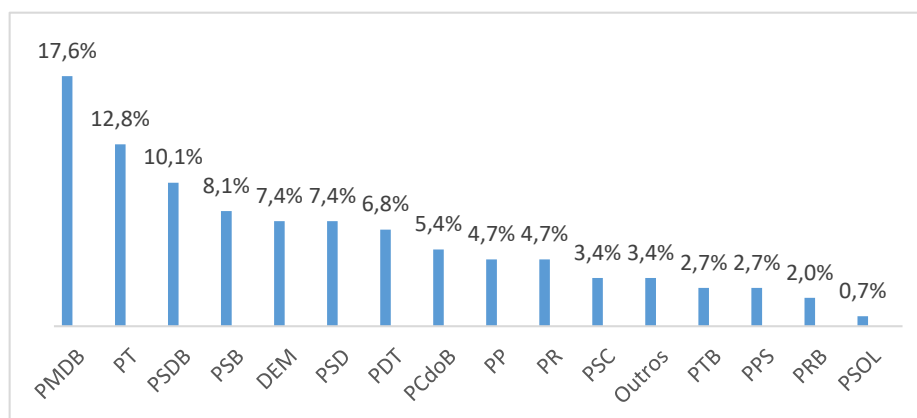
Esquerda	Centro	Direita	Fisiológicos
PDT	PMDB	DEM	PHS
PSB	PSDB	PL	PTdoB
PT	PV	PP	PMN
PCdoB	PPS	PR	PROS
PCB		PSD	
PCO		PTB	
PPL		PEN	
PSOL		PRB	
PSTU		PRTB	
		PSC	
		PSDC	
		PSL	
		PTC	
		SDD	

Fonte: Adaptado de Ribeiro e Bolognesi (2017).

O bloco de partidos “fisiológicos” destacado por Ribeiro e Bolognesi (2017) não foi incluso na análise, visto que - com exceção do PMN - os outros partidos da categoria foram inseridos na opção de “outros” na PLB (2013). Dessa maneira, todos os fisiológicos permaneceram fora da análise, junto com os partidos dos outros blocos que não tiveram um número de respostas significativo e, por conseguinte, não são apresentados de forma separada nos dados do *survey*.

O Gráfico 1 nos apresenta a porcentagem de respondentes conforme suas respectivas legendas. Do total de respondentes da PLB (2013), 40,5% eram parlamentares filiados aos partidos mais expressivos do país: PMDB, PT e PSDB; 56,1% eram do PSB, DEM, PSD, PDT, PCdoB, PP, PR, PSC, PTB, PPS, PRB e PSOL; e 3,4% são de outros partidos não denominados.

Gráfico 1 - Partidos dos parlamentares respondentes da PLB 2013



Fonte: Pesquisa Legislativa Brasileira (2013)

Com relação ao posicionamento ideológico dos parlamentares, a PLB apresentou uma questão em que os respondentes poderiam se auto posicionar no espectro ideológico, em uma escala de 1 a 10, sendo que 1 correspondia à extrema esquerda e 10 à extrema direita. A pergunta enunciava: “Vamos supor que nesta reta o número 1 corresponda à esquerda, o número 5 ao centro, e o número 10 à direita. Como o(a) Sr.(a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. Onde é que o(a) Sr.(a) se colocaria?”

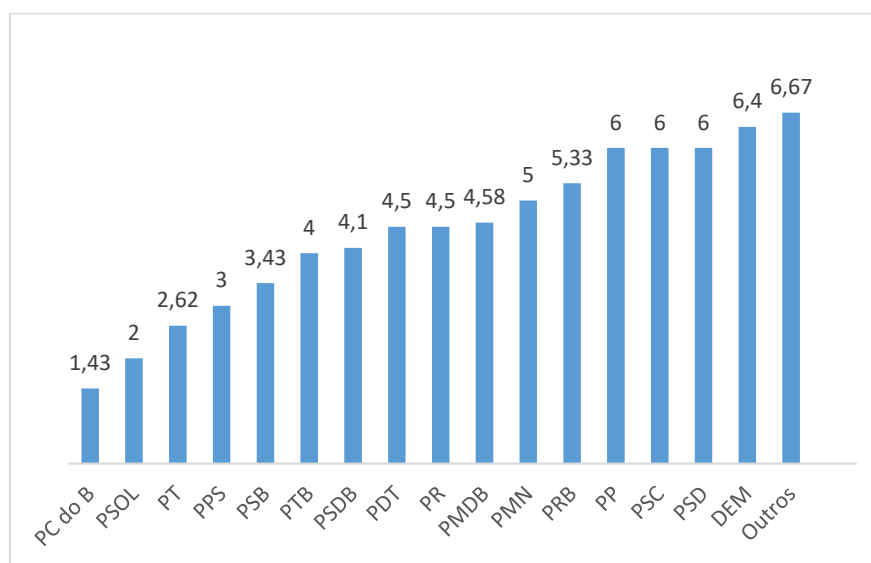
A questão teve 104 respostas válidas, das quais 57,5% posicionaram-se mais à esquerda do espectro ideológico e 12,9% mais à direita. A tabela 2 e o gráfico 2 nos mostram a média do auto posicionamento ideológico dos parlamentares agregados conforme os seus respectivos partidos políticos, sendo que as menores médias representam os partidos mais próximos à extrema esquerda e as maiores representam, por sua vez, os partidos próximos à extrema direita.

Tabela 2 - Autoposicionamento ideológico dos parlamentares por partidos políticos

Partido Político	Quantidade de respondentes	Média
PC do B	7	1,43
PSOL	1	2
PT	13	2,62
PPS	1	3
PSB	7	3,43
PTB	2	4
PSDB	10	4,1
PDT	8	4,5
PR	4	4,5
PMDB	19	4,58
PRB	3	5,33
PP	5	6
PSC	4	6
PSD	7	6
DEM	8	6,4
Outros	3	6,67
Total	104	4,38

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Gráfico 2 - Auto posicionamento ideológico dos parlamentares por partidos políticos



Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Considerados como partidos de esquerda (PDT, PSB, PT, PCdoB, PCB, PSOL), como centro (PMDB, PSDB e PPS) e como direita (PTB, DEM, PL, PP, PR, PSD, PRB e PSC), percebemos que há uma aparente congruência entre a auto classificação dos parlamentares dos partidos políticos no espectro ideológico e a classificação apresentada por Ribeiro e Bolognesi (2017). A média geral das respostas (4,38) nos indica que a maioria dos parlamentares respondentes se auto classificaram mais à esquerda.

Em artigo recente com participação deste pesquisador, em coautoria com Maciel & Gimenes (2017), foi possível avaliar como os parlamentares se posicionaram na PLB de 2013 em comparação com outros dois *surveys* realizados por especialistas, também em uma escala esquerda-centro-direita. A análise indica que há um reconhecimento das diferenças ideológicas tanto por parte dos parlamentares, quanto pelos especialistas. Como lembrou também Borba (2005), o Brasil possui um sistema partidário altamente fragmentado, consequente de um processo iniciado após a abertura política posterior ao regime militar. Com trinta e cinco partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), evidenciou-se uma dificuldade no estabelecimento de diferenciações ideológicas entre os partidos políticos, sendo a fragmentação um dos fatores que obstaculizam os laços entre partidos e eleitores (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017).

Tarouco e Madeira (2013) dedicaram estudos que intentam a construção de uma escala de valores entre esquerda e direita no Brasil e compararam o resultado de dois *experts surveys*

desenvolvidos em 2007 e 2010, produzidos por Wiesehomeier e Benoit e pela Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), respectivamente. Os questionários foram aplicados a especialistas e verificou-se que, devido à fragmentação, houve dificuldade para classificar alguns partidos políticos no espectro ideológico.

A tabela 3 mostra a comparação entre as médias atingidas pelos partidos políticos segundo os dois conjuntos de especialistas, sendo que a escala de Wiesehomeier e Benoit (2007) variava entre 1 e 20 pontos e a escala do *survey* aplicado no encontro da ABCP tinha amplitude de 1 a 7 pontos. Além da comparação com a escala da PLB – com amplitude de 1 a 10 pontos – enunciada por Maciel, Alarcon e Gimenes (2017).

Tabela 3 - Posições dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico segundo resultados de *experts surveys* e da média do auto posicionamento ideológico dos parlamentares

	Partido	Posição na escala Wiesehomeier e Benoit (2007)	Posição na escala do <i>survey</i> ABCP (2010)	PLB (2013)
Esquerda	PSOL	2,95	1,4	2
	PCdoB	4,96	2,3	1,43
	PT	6,37	2,9	2,62
	PSB	7,5	3	3,43
	PDT	8,38	3,3	4,5
Centro	PCB-PPS	10,38	4	3
	PMDB	11,5	4,2	4,58
	PSDB	13,46	4,6	4,1
Direita	PTB	13,6	5	4
	PSC	15,62	5,2	6
	PP	16,78	6	6
	DEM	17,33	6,2	6,4

Fonte: Adaptado de Maciel, Alarcon e Gimenes (2017, p. 84).

Ao analisar a distribuição dos partidos no espectro ideológico pelos parlamentares, percebe-se que há uma divergência parcial com a forma que os especialistas os identificaram. Em média, os parlamentares não se classificaram à extrema direita ou à direita, sendo que o atual Democratas (DEM) apresentou a maior média (6,4) o que o posicionou como centro-direita. Em vista disso, a média geral dos parlamentares federais brasileiros encontrou-se no campo de centro-esquerda do espectro ideológico.

Uma das explicações possíveis para esta ausência de pertencimento declarado mais à direita, segundo especialistas, refere-se à chamada “direita envergonhada”. Para Pierucci (1987),

No Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação das urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita. Pior ainda de extrema direita [...]. Esta vergonha de si, esta má consciência da direita só faz dificultar os trabalhos de decifração e deslizar a informação (PIERRUCCI, 1987, p. 13).

Existe uma tendência comum aos partidos políticos de se posicionarem mais ao centro por questões eleitorais, evitando assim as extremidades das escalas que indicam posicionamentos mais radicais e extremados (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017; PIERUCCI, 1987).

Nessa seção foi tratado o estabelecimento de blocos ideológicos para a análise dos parlamentares brasileiros a partir do posicionamento dos partidos. As próximas seções desse capítulo foram destinadas a analisar de fato o quanto os posicionamentos desses parlamentares por blocos se relacionam com a concepção que norteia a discussão desta dissertação: estatismo.

3.3 ESTATISMO NA VISÃO DOS PARLAMENTARES

No capítulo anterior foi trabalhada a concepção de estatismo reduzida às políticas governamentais específicas de intervenção do Estado na economia (GARRETÓN et al., 2007). Nesse sentido, nessa seção, será realizada uma análise das variáveis que compõem a PLB que permitiram criar um indicador para avaliar a percepção dos parlamentares em relação ao tema. Contemplando a proposta da pesquisa que busca delinear a cultura política das elites acerca do estatismo, será apresentado, num primeiro momento, a frequência de respostas para as variáveis relativas às atitudes dos parlamentares frente a um Estado mais ou menos interventor.

O questionário da PLB contemplou uma bateria de questões sobre estatismo, com enunciado comum aos cinco temas abaixo enumerados, conforme segue: **O orçamento federal determina os gastos do governo em diferentes áreas, o quanto o nível atual de gastos deveria ser diminuído, mantido ou aumentado para:**

- 1) serviços de saúde pública;
- 2) ensino fundamental e médio público;
- 3) ensino superior público;
- 4) infraestrutura;

5) programas de assistência social.

Em se tratando das possibilidades de respostas, estas foram categorizadas com relação à relação entre gastos e impostos, conforme segue:

1 = “**diminuir** o nível atual de **gastos** para possibilitar uma **diminuição** de **impostos**”;

2 = “ **diminuir** o nível atual de **gastos sem alterar** os **impostos**”;

3 = “**manter** o nível atual de **gastos**”;

4 = “**aumentar** o nível de **gastos**, desde que **não** seja necessário **aumentar** os **impostos**” e;

5 = “**aumentar** o nível atual de **gastos**, **ainda que** seja necessário **aumentar** os **impostos**”.

Ademais, o questionário continha ainda duas questões para as quais os parlamentares deveriam se posicionar em uma escala de concordância (por aproximação) com os pares de frases “O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sustento de todos” x “As pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir seu próprio sustento” e “Deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio” x “Deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio”.

Por fim, a oitava e última questão analisada diz respeito à opinião dos parlamentares que responderam a PLB acerca de qual tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil, para a qual havia quatro possibilidades de respostas distintas.

Na sequência, serão expostos e discutidos os resultados referentes às análises destas oito variáveis que mensuram o estatismo sob a perspectiva dos legisladores federais. Informações adicionais sobre as variáveis analisadas constam em cada tópico.

3.3.1 Orçamento federal para serviços de saúde pública

A tabela à seguir pode demonstrar um aparente reconhecimento geral acerca da importância da participação do Estado no provimento de saúde pública para a população. Esta aparente convergência entre diferentes correntes ideológicas, em grande medida pode ser atribuída a aspectos históricos de formação e sedimentação do Estado no cenário interno e externo.

Considerável parcela da literatura aponta que a história tem revelado o reconhecimento desta importância (atuação mais forte do Estado em determinados temas), a depender do ciclo e estágio de desenvolvimento econômico, democrático (TONELLA, 2008), e de cultura política (RIBEIRO, 2011), que determinado país vivencia e manifesta suas prioridades ou preferências (DAHL, 1997).

Em “países emergentes”, diferentes matizes ideológico-partidárias tendem a concordar quanto a uma atuação mais forte do Estado em áreas sensíveis ao desenvolvimento da nação e seu povo, como a saúde (SCALON, 2007; CHANG, 2018).

A sequência histórica do país, sua situação emergente, aliadas às crenças dos ativistas políticos, acabam sendo decisivas para a compreensão de convergências existentes entre clivagens ideológicas, subculturais e partidárias evidentes e das quais poderiam se esperar posicionamentos divergentes (DAHL, 1997), a ponto de sustentar a defesa mais forte do Estado (exposição a uma determinada visão política) nos temas supracitados, conforme os achados estatísticos no presente quesito.

Tabela 4 - Orçamento federal para serviços de saúde pública

Bloco	Partido	%					
		N	1	2	3	4	5
Esquerda	PDT	12	-	-	-	58	42
	PSB	12	-	-	8	75	17
	PCdoB	8	-	-	-	13	87
	PT	19	-	-	-	21	79
	PSOL	1	-	-	-	100	-
	Média do Bloco	52	-	-	2	42	56
Centro	PMDB	24	-	-	-	87	13
	PSDB	14	-	7	-	79	14
	PPS	5	-	-	20	60	20
	PV	2	-	-	-	100	-
	Média do Bloco	45	-	2	2	82	13
Direita	DEM	15	-	-	-	87	13
	PP	8	-	-	-	75	25
	PR	9	-	-	22	56	22
	PTB	5	-	-	-	80	20
	PRB	3	-	-	-	67	33
	PSC	4	-	-	-	50	50
	Média do Bloco	44	-	-	4	73	23
Outros			-	-	-	100	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Assim, o mesmo olhar que indica uma aparente concordância revela, igualmente, a existência de importantes diferenças entre os blocos em análise. Com relação à saúde pública, observamos na tabela 4 que todos os blocos tendem a acordar que é necessário um aumento no nível de gastos com saúde pública. As diferenças se revelam quanto às condicionantes destes gastos.

Para os blocos de direita e de centro, gastos com saúde pública só podem ser elevados caso isso não implique em aumento de impostos, enquanto o bloco de esquerda não se condiciona a essa limitação, ao defender que os gastos com saúde em favor da população devem ocorrer mesmo que isso implique em elevação de impostos.

Essa diferença se mostra relevante ao se considerar as preferências e prioridades que diferentes blocos ideológicos podem acabar conferindo ao tema da saúde pública em contextos de regularidade ou mesmo de escassez de recursos. Em cenários que demandem o incremento de gastos com saúde pública, o que inclusive naturalmente tende a se esperar com o regular crescimento e desenvolvimento populacional de um país, partidos de centro e de direita tendem a anuir diante do necessário incremento de gastos com saúde, mas se e somente se isso não implicar em elevação de impostos.

Esta condicionante não é adotada pelo bloco que esquerda, nesse aspecto e, à luz da literatura, claramente mais estatista, tanto sob o ponto de vista coletivo do oferecimento de mais recursos para a saúde pública, quanto sob o impacto da economia e da interferência na esfera privada e individual, ao anuir com a elevação de impostos para fazer frente ao incremento coletivo (BOBBIO, 1997).

3.3.2 Orçamento federal para ensino fundamental e médio públicos

Na tabela 5 a seguir, verifica-se a relação orçamentária e os ensinos fundamental e médio públicos. Em todos os blocos a opinião majoritária é a de que se deve investir mais em educação fundamental e média, desde que não seja necessário aumentar os impostos. Destoam dessa disposição o PT e o PPS, em que a maioria dos parlamentares se posicionaram a favor de um aumento nos gastos mesmo que isso resulte no aumento dos impostos. O PV ficou dividido entre a opção 4 e 5, destoando também dos demais partidos.

Tabela 5 - Orçamento federal para ensino fundamental e médio públicos

Bloco	Partidos	N	%				
			1	2	3	4	5
Esquerda	PDT	12	-	-	8	75	17
	PSB	12	-	-	-	83	17
	PCdoB	8	-	-	-	63	37
	PT	19	-	-	-	47	53
	PSOL	1	-	-	-	63	37
Média do Bloco		52	-	-	2	65	33
Centro	PMDB	24	-	-	-	79	21
	PSDB	14	-	-	7	79	14
	PPS	5	-	-	-	40	60
	PV	2	-	-	-	50	50
Média do Bloco		45	-	-	2	73	24
Direita	DEM	15	-	-	7	67	26
	PP	8	-	-	-	88	12
	PR	9	-	-	-	78	22
	PTB	5	-	-	-	80	20
	PRB	3	-	-	-	67	33
	PSC	4	-	-	-	75	25
Média do Bloco		44	-	-	2	76	2
Outros			-	-	-	100	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Olhando para os resultados, verifica-se que o PV dividiu-se com relação aos gastos federais tanto com a educação fundamental e média públicas, quanto com relação ao ensino superior público, conforme mostra a tabela 5, cuja indefinição de postura a revelar certa neutralidade contraria não apenas o histórico da agremiação, como ainda a própria finalidade de um partido político em si, que é, senão, a de “tomar parte” nas discussões a que se propôs participar (DAHL, 1997), destoando, inclusive, dos seus colegas de bloco, o PMDB e PSDB, claramente posicionados mais ao centro-direita da questão.

Não se olvida, por certo, que em posicionamentos parlamentares no plano individual possa haver um empate ou divisão de posicionamentos a partir da aferição voto a voto a respeito deste ou daquele tema, o que acabará por reverberar nos resultados finais de votação. Todavia, no plano de manifestação do partido, aqui coletivamente considerado, é certo que por mais que se autorize conceber uma localização partidária de centro, essa localização não pode se confundir com abstenção de posicionamento, sob pena de se chegar a soma zero, firme no fato de não existir centro-centro, daí porque a tendência revelada de centro-esquerda, centro-direita, a depender do tema em debate. A localização ao centro pode revelar a ausência menos extremada desta ou daquela postura, nunca a abstenção ou a ausência da postura em si e propriamente dita, pena de caracterizar um pragmatismo ou atuação fisiológica daninha ao

desenvolvimento do sistema democrático, notadamente num cenário altamente fragmentado e de coalisão, como o Brasil atual.

Ao avaliar estas diferenças, verifica-se que o PPS está atualmente classificado como partido de centro, em que pese historicamente tenha-se originado a partir da dissolução do PCB – Partido Comunista Brasileiro, em 1922, notadamente de esquerda. A despeito de se localizar atualmente mais ao centro-direita no cenário político de coalisão, tendo votado, inclusive, favoravelmente as reformas trabalhistas propostas pelo governo nacional em 2017, no que diz respeito à valorização da educação básica pública gratuita, a agremiação parece não ter esquecido por completo seu processo de formação histórica e o seu compromisso autodeclarado, destoando-se, ainda que apenas nesse tema, de seus colegas de bloco centrista, ao revelar ou manter um compromisso mais estatista com a educação (TAROUCO; MADEIRA, 2013 – posicionamento ideológico).

Também não se pode desconsiderar, ainda, que, em regimes governamentais de coalisão (SCHEEFFER, 2016) e de alta fragmentação partidária, como no Brasil (RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017), não é raro que agremiações políticas expressem suas crenças a partir de visões pragmáticas, seja do ponto de vista de gestão, seja do ponto de vista eleitoral, já que em alguma medida visa prestar contas ao seu eleitor (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

Não deixa de despertar interesse, ainda, o fato de que ao apoiar um Estado mais provedor em relação à educação fundamental e média, base para o desenvolvimento nacional, a tendência revelada pelos estudos de cultura política é a de que quanto maiores os níveis de educação, menor o apoio ao papel provedor do Estado num cenário tanto mais pós-materialista quanto maiores os indicadores educacionais (MOORS, 2003; ALMEIDA, 2007; CAPISTRANO, 2008), cuja ideia de “desenvolvimento humano” acaba por reverberar um aumento do individualismo e da autonomia individual (INGLEHART, 1988).

E apesar da aparente contradição que o apoio pudesse comportar, a literatura já há muito evidenciou que essas correntes não são necessariamente divergentes mas, antes, complementares e, embora complexas, justificam-se em grande parte pelas razões históricas e de cultura política fortemente marcadas em países emergentes, notadamente latino-americanos, ao reconhecer a importância e necessidade de atuação forte do Estado nesta área e neste contexto (emergente), como lembrado por Catterberg (1991), Capistrano (2008), Chang (2018), entre outros.

3.3.3 Orçamento federal para ensino superior público

Se a tabela anterior revelou certa constância nas respostas a favor de uma maior responsabilidade do Estado na promoção da educação pública fundamental e média, por outro lado a presente análise desnuda a política pública mais discrepante em termos de blocos.

Tabela 6 - Orçamento federal para ensino superior público

Bloco	Partidos	%					
		N	1	2	3	4	5
Esquerda	PDT	12	-	-	42	58	-
	PSB	12	-	-	67	33	-
	PCdoB	8	-	-	-	75	25
	PT	19	-	-	21	53	26
	PSOL	1	-	-	-	100	-
Média do Bloco		52	-	-	33	54	13
Centro	PMDB	22	-	4	16	68	-
	PSDB	13	-	-	23	69	8
	PPS	5	-	-	20	60	20
	PV	2	-	-	50	-	50
Média do Bloco		42	-	2	21	69	7
Direita	DEM	15	13	13	33	40	-
	PP	8	-	13	50	37	-
	PR	9	-	-	33	56	11
	PTB	5	-	-	40	40	20
	PRB	3	-	-	33	67	-
	PSC	4	25	-	50	25	-
Média do Bloco		44	7	7	39	43	4
Outros			-	-	50	50	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Os resultados demonstram uma esquerda menos disposta a aumentar gastos com educação superior do que o bloco de centro (pontos 4 e 5), com 1/3 dos parlamentares de esquerda entendendo que não deve ser alterado o montante gasto na área. Na direita, as diferenças também são consideráveis, com 14% favoráveis à redução de gastos com educação superior, 39% favoráveis à manutenção do investimento, sendo que 47% até aceitam o aumento de gastos com educação pública superior, mas apenas 4% admitem mais impostos.

Ainda que se considerem os 13% da esquerda favoráveis a mais investimentos mesmo com aumento de impostos, se somados a maior média por ela obtida de 53% de mais investimentos mas sem mais impostos, ainda assim o bloco de centro permanece com maior média geral na questão.

Destacam-se dentro do bloco as respostas do PSOL e do PSB. Ainda que estes partidos pudessem eventualmente considerar que o desenvolvimento educacional superior abre caminho para a sedimentação de uma cultura política pós-material que se desconecta de forma crescente

do papel coletivo de estado (RIBEIRO, 2011), negar sua importância provedora antes disso pode acabar reforçando os critérios de desigualdade e falta de acesso ao ensino de grupos sociais menos favorecidos e, contraditoriamente, defendidos por estas agremiações com primazia estatista.

Vale lembrar as ressalvas de que, em que pese a aparente negação (mais estudo = menos apoio ao estado), a literatura já mostrou que essas correntes são contextuais, necessárias e convergentes, e que em maior grau se complementam, inclusive, nos países da América Latina (CAPISTRANO, 2013).

3.3.4 Orçamento federal para infraestrutura

Os dados da tabela 7 permitem inferir que com relação à infraestrutura, os blocos de esquerda, direita e centro tendem a apoiar o aumento do orçamento para investimentos, desde que não aumente os impostos. Apenas o PSOL do bloco de esquerda e PRB do bloco de direita defendem que os gastos com infraestrutura deveriam ser mantidos como estão, ao passo que PR, do bloco de direita, defendeu ser necessário aumentar os gastos, mesmo que aumentem os impostos.

Tabela 7 - Orçamento federal para infraestrutura

Bloco	Partidos	%					
		1	2	3	4	5	
Esquerda	PDT	12	-	-	8	92	-
	PSB	12	-	-	25	75	-
	PCdoB	8	-	-	-	88	12
	PT	19	-	-	5	74	21
	PSOL	1	-	-	100	-	-
	Média do Bloco	52	-	-	10	80	10
Centro	PMDB	24	-	-	4	92	4
	PSDB	14	-	7	14	79	-
	PPS	5	-	-	-	80	20
	PV	2	-	-	-	100	-
	Média do Bloco	45	-	2	7	87	4
Direita	DEM	14	-	-	7	72	21
	PP	8	-	-	12,5	75	12,5
	PR	9	-	-	22	33	45
	PTB	5	-	-	20	60	20
	PRB	3	-	-	67	33	-
	PSC	4	-	-	-	75	25
	Média do Bloco	43	-	-	16	60	24
Outros			-	-	100	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Se de um lado a manifestação do PSOL pode indicar um contentamento com a infraestrutura presente no país suficiente para a garantia de seu desenvolvimento frente a primazia social por ele defendida, por outro lado o PRB manifesta o mesmo resultado, certamente por razões distintas, uma vez pertencente ao bloco de direita, segundo a classificação de Tarouco e Madeira (2013). Em sentido oposto, o companheiro de bloco de direita, o PR defende claramente a necessidade de alargamento da infraestrutura do país, ainda que isso signifique imputar ao contribuinte o suporte deste ônus por meio de mais impostos, independente das categorias que venham a ser direta ou indiretamente beneficiadas, em maior ou menor grau com os incrementos que em infraestrutura por certo resultam em curto, médio e longo prazos.

Reconhecidamente um partido de direita e liberal, o PR, neste ponto, defende um Estado mais regulador e interventor, o que em parte pode ser explicado pela literatura quando afirma que a história já demonstrou que todo país tido como rico e liberal foi, antes, protecionista e interventor, justamente para criar condições de riqueza que levasse seu país ao liberalismo (CHANG, 2018).

Capistrano (2013), igualmente já observou que em países emergentes, notadamente os latino-americanos, a existência de um pragmatismo tem convivência complementar nestes cenários, a ponto de ideologias liberais defenderem o papel provedor e controlador do Estado para o fomento de determinadas áreas, numa simbiose pragmática.

Ao analisar esses novos temas de que nos falou Inglehart (1988), num contexto de heterogeneidade (BORBA, 2005), fragmentação, indiferenciação e desvinculação partidária (SCHEEFFER, 2016; RIBEIRO; BOLOGNESI, 2017), a partir de uma compreensão pós-materialista e superação dos tradicionais conceitos, ousa-se aqui utilizar a expressão “estatismo-liberal” e “estatismo-social”, ambos firmes no reconhecimento da importância da participação, controle e provimento do Estado para o desenvolvimento do país, guiado o primeiro por uma motivação desenvolvimentista e primazia econômica e de mercado, secundado por demais questões; o “estatismo-social”, por sua vez, seria aquele motivado prioritariamente à realização de políticas sociais e redistributivas.

A ênfase estatista igualitária e redistributivista presente no tema assistência social, será, portanto, a próxima variável sob análise.

3.3.5 Orçamento federal para programas de assistência social

A partir do reconhecimento da existência de uma certa indiferenciação, reforçada pelo pragmatismo peculiar a democracias em desenvolvimento e países emergentes, que reconhecem, em regra, a necessidade de um Estado mais presente, analisar o tema da assistência social implica em dele extrair os resultados que podem apontar as opções ideológicas dos respondentes, claramente marcadas.

Tabela 8 - Orçamento federal para programas de assistência social

Bloco	Partidos	N	%				
			1	2	3	4	5
Esquerda	PDT	12	-	17	33	42	8
	PSB	12	-	-	50	50	-
	PCdoB	8	-	-	37,5	37,5	25
	PT	19	-	-	26	48	26
	PSOL	1	-	-	-	100	-
	Média do Bloco	52	-	4	35	46	15
Centro	PMDB	24	-	8	42	50	-
	PSDB	14	7	7	29	50	7
	PPS	5	-	-	40	60	-
	PV	2	-	-	-	100	-
	Média do Bloco	45	2	7	35	53	2
Direita	DEM	15	6	6	47	40	-
	PP	8	13	-	38	25	25
	PR	9	-	11	44	44	-
	PTB	5	-	-	40	60	-
	PRB	3	-	-	67	33	-
	PSC	4	25	-	50	25	-
	Média do Bloco	44	7	4	45	39	5
Outros			-	-	50	50	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

O tema social e a responsabilização do Estado estão intrinsecamente vinculados a concepções sobre igualitarismo, meritocracia, redistributivismo e acesso a direitos fundamentais e sociais. Uma visão de Estado mais presente e responsivo socialmente, aqui amplamente considerado, estaria diretamente atrelado a uma visão clara de “estatismo-social”, enquanto que a defesa de um Estado necessário, mas divorciado do atendimento em caráter prioritário das questões sociais, melhor se amoldaria a uma espécie de “estatismo-liberal”.

Assim, ainda que o debate contemporâneo demonstre que as clivagens entre a díade esquerda-direita no sistema partidário sobressaem à polarização política entre conservadores e progressistas e estão pautadas para além da defesa ou não de políticas distributivistas e ajuste fiscal (SCHEEFFER, 2017), é possível perceber, a partir dos dados apresentados na tabela 8,

que os parlamentares se posicionaram de maneiras diferentes com relação à importância de aumentar ou não os gastos com os programas de assistência social.

Se, de uma forma geral, o bloco de esquerda apresentou-se a favor do aumento de gastos com programas de assistência social, desde que não aumente os impostos, tendo o bloco de centro também se aproximado deste posicionamento, o bloco de direita, por sua vez, divergiu, com um apontamento majoritário pela manutenção do orçamento com assistência social, sem qualquer incremento, ainda que venham a aumentar faixa populacional e demanda.

Numa das leituras aferíveis da tabela, verifica-se que dentre os partidos do bloco de esquerda, o PSB se mostrou dividido entre a opção aumento ou manutenção dos gastos com assistência social, ao passo que os outros partidos optaram, majoritariamente, pelo aumento dos gastos, ainda que isso implique em aumento de impostos, como por exemplo o PT e o PCdoB. A dissonância no bloco veio do PDT, tendo se dividido com forte indicativo pela redução dos gastos com assistência social, o que não apenas o difere intrabloco, como contraria as lutas históricas defendidas pela agremiação.

Já com relação ao bloco de centro, apesar da proximidade geral no quesito ao bloco vizinho da esquerda, o dado que chama a atenção refere-se ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), que se divide no posicionamento sócio-liberal, ao defender políticas públicas assistenciais e a centralidade do Estado conquanto responsável por estas ações.

A despeito da resposta parlamentar ao questionário, nota-se que a agremiação reconhece⁹ a importância da garantia de assistência social, mas a limita e condiciona sua realização constitucional após superação de crises fisco-financeiras, o que a (re)coloca mais ao centro-direita, ante a ausência de primazia à questão social ao condicionar (secundar) sua realização mediante o atendimento prioritário de requisitos liberais.

O claro posicionamento dos partidos de centro, como a agremiação com maior bancada historicamente no país, o PMDB, apresenta uma divisão bastante marcada entre o aumento de gastos sem aumento de impostos *versus* a redução de gastos, reforçando o que já demonstrado pela literatura acerca do caráter pragmático e fisiológico do partido, historicamente coadjuvando o exercício do poder alternando-se em apoio para correntes diametralmente divergentes entre si ao longo da história política brasileira recente (CAPISTRANO, 2013).

⁹ “Para construir um país mais equânime, o Estado tem que superar a crise de financiamento que o acomete e recuperar suas condições fiscais, para que possa prover os serviços básicos que uma sociedade de bem-estar precisa ter: assistência social, previdência, saúde, educação, justiça e segurança.” (PSDB, 2017).

Não raro, esta co-titularização de poder apresenta-se como fruto de barganhas instrumentalizadas em governabilidade numa coalisão nem sempre dispensável, num sistema fortemente marcado por práticas clientelistas (OTTMAN, 2006), heterogeneidade de siglas, indiferenciação ideológica e ausência de pertencimento partidário (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2011).

No documento “Uma ponte para o futuro” lançado pelo PMDB, em 2015, como plataforma política do Governo Temer, o partido deixa clara uma inclinação mais para a direita com relação aos ajustes fiscais e necessidade de contenção de gastos públicos, alegando que o objetivo é evitar a necessidade de aumentar ainda mais a carga tributária e poder impulsionar a volta do crescimento econômico brasileiro, cooperando com o setor privado na abertura de mercados externos.

No bloco de direita, a dissonância esperada é apresentada pelo PTB que, apesar de categorizar-se mais à direita no cenário político contemporâneo, aqui ainda relembra sua vinculação histórica à defesa de trabalhadores originariamente pautada por uma ideologia de esquerda, da chamada “Era Vargas”. Foi apontado pela literatura a pertinência da utilização de razões históricas e convicções pessoais para a confecção de respostas, ainda que no universo conceitual e não necessariamente coerente com a prática pública (DAHL, 1997; PTB, 2017).

E apesar da resposta ao questionário em 2013 quanto ao presente quesito, em nome de uma estabilidade econômico-liberal (FERRER, 2006), os dirigentes do PTB alteraram seus valores (INGLEHART, 1988), encontrando-se mais ligados à defesa do trabalho e da livre iniciativa em si, tanto que em 2017 foi o primeiro a expressar sua concordância com os projetos da coalisão governamental pela Reforma da Previdência Social, que basicamente visa retardar o acesso do trabalhador a benefícios previdenciários e de aposentadoria, sendo portanto base do governo.

De modo geral, as razões da anuência do PTB, assim como as do PSC¹⁰, ao projeto governamental, revelam claro posicionamento liberal econômico em detrimento do social coletivo, norteadas pela primazia do equilíbrio financeiro e fiscal do Estado, ainda que sem alterar normas relativas a outras categorias de trabalhadores com altos salários e maior impacto previdenciário. O atual presidente do partido, Roberto Jefferson, afirmou que “o PTB

¹⁰ Inobstante se auto denominar como Partido Social Cristão, o partido apresentou posicionamentos a favor da redução dos gastos com assistência social, confirmando sua localização fática no espectro ideológico do bloco de direita, ao menos quanto ao quesito em análise, apesar da base cristã do partido em tese remeter a conceitos como igualdade, solidariedade e comunhão.

compreende a reforma da previdência como primordial para a retomada do crescimento do país” (O GLOBO, 2017).

Ao analisarmos a distribuição dos posicionamentos dos partidos com relação à questão de assistência social, percebemos que alguns partidos destoam dentro dos próprios blocos, justificadas por diferentes trajetórias que orientam seus vieses ideológicos. Embora as questões pós-materialistas destacadas por Inglehart (1988) e novos temas (SCHEEFFER, 2016) revelem antagonismos ideológicos importantes, mostra-se ainda altamente perceptível a materialização de diferenças com relação a questões clássicas que envolvem a área social e intervenção estatal, o que acaba por confirmar o debate consistente presente na literatura acerca do tema, notadamente descritos na sessão teórica, com destaque para Moraes (2002), Couto (2006), Giddens (2010), Aggio (2013) e Tarouco e Madeira (2013).

A par das análises lá constantes, verifica-se que partidos fundamentados em uma ideologia ligada à responsabilização do Estado e ao *Welfare State* tendem a discordar em questões sociais, ainda que levemente, dos partidos liberais e menos favoráveis ao estatismo, como visto nos resultados acima referentes, ao menos, quanto ao quesito “assistência-social”.

Em resumo e, por fim, com relação aos programas de assistência social, o bloco de esquerda apresentou-se a favor do aumento de gastos, desde que não aumente os impostos. O bloco dos partidos de centro também tendeu a esse posicionamento, com as considerações e achados acima analisados. Apenas o bloco de direita divergiu, apresentando uma opinião majoritária de que o orçamento com assistência social deveria ser mantido, isso quando não reduzido, conforme apresentamos na tabela 8.

3.3.6 Posicionamento médio acerca da responsabilização do Estado para garantir o sustento de todos

Com relação a esta variável aferidora de níveis de estatismo e ou liberalismo, as respostas assim significaram, numa escala de 1 a 10:

- 1** = estar **inteiramente de acordo** com a frase “o **governo precisa** se responsabilizar mais para **garantir o sustento de todos**”;
- 10** = **concordar inteiramente** com a frase “as **pessoas precisam** se responsabilizar mais para **garantir o próprio sustento**”.

De modo geral, os partidos de esquerda tendem a defender que o governo deve se responsabilizar mais pelo sustento de todos, os de centro e de direita mostram-se mais inclinados à posição de que as pessoas precisam se responsabilizar mais para garantir o próprio sustento, com média geral de 5,93.

Tabela 9 - Posicionamento médio acerca responsabilização do Estado para garantir o sustento de todos

Bloco	Partidos	N	Média
Esquerda	PDT	12	5,2
	PSB	12	5,6
	PCdoB	7	3,9
	PT	18	4
	PSOL	1	1
Média do Bloco		50	4,64
Centro	PMDB	24	6,9
	PSDB	12	4,5
	PPS	4	6,3
	PV	2	6,5
Média do Bloco		42	6,28
Direita	DEM	14	7,9
	PP	8	8,3
	PR	8	6,6
	PTB	4	6,6
	PRB	3	6,6
	PSC	4	5,8
Média do Bloco		40	7
Outros			6,7
Média geral			5,93
Desvio padrão			2,659

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Oportuno relembrar a síntese de Norberto Bobbio (1995), um dos clássicos que defende a necessidade de atualizar os termos por um viés que envolva os conceitos de igualdade e liberdade. O autor distingue que a esquerda prioriza a igualdade ao passo que a direita prioriza a liberdade (considerando que as desigualdades seriam naturais). O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, enquanto tais, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

De acordo com Singer (2010), a experiência pretérita recente no governo federal, comandado por partidos de esquerda e centro-esquerda, buscou dar materialidade aos preceitos

sociais plasmados na Constituição de 1988 como instrumento para a construção de um Estado de bem-estar social.

Segundo o autor, preocupação com o sustento coletivo, eliminação da faixa da extrema miséria e combate à pobreza, aumento de empregos, transferência de renda, investimento em sistemas públicos de saúde e de educação, entre outros, se apresentaram como prioritários na agenda de esquerda, ainda que a interferência estatal deva encontrar limites e equilíbrio complementar no trato com as demais questões individuais, privadas, financeiras, fiscais e coletivas, como já lembrado por Chang (2018).

Com a saída dos blocos de esquerda e ou centro-esquerda do poder central brasileiro recente, e a assunção do poder pelos demais blocos, as diferenças de posicionamentos ideológicos entre os blocos mostram-se bastante perceptíveis.

Longe de valorar o acerto ou desacerto da medida, em 2016 a Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram a proposta de emenda constitucional que cria um teto para os gastos públicos, a PEC 241. Enquanto o presidente da república Michel Temer (PMDB) viu a medida como uma possível solução para a superação da crise econômica, o antigo bloco governista de esquerda, por sua vez (PT, PSOL e PCdoB), posicionou-se de forma diametralmente oposta, discordando das medidas por tratá-las pouco igualitárias e socialmente recomendadas, ao cortar gastos com saúde e educação pública, temas fundamentais ao desenvolvimento social coletivo e individual.

3.3.7 Posicionamento médio acerca da iniciativa privada *versus* governo na indústria e comércio

A PLB ainda apresentou questões acerca da Iniciativa Privada *versus* Governo na Indústria e Comércio. Aos respondentes foi solicitado que se posicionassem em uma escala de 1 a 10, onde:

1 = concorda inteiramente com a frase **“deveria haver mais iniciativa privada na indústria e no comércio”** e;

10 = concorda inteiramente com a frase **“deveria haver mais participação do governo na indústria e no comércio”**.

Na tabela a seguir apresentamos os resultados médios, destacando que a média geral (incluindo todos os partidos) foi de 3.66, ou seja, a maioria dos parlamentares defende que deveria haver mais iniciativa privada na indústria e comércio.

Tabela 10 - Posicionamento médio acerca da iniciativa privada *versus* governo na indústria e comércio

Bloco	Partidos	N	Média
Esquerda	PDT	12	2,2
	PSB	12	4,4
	PcdoB	7	5
	PT	18	4,6
	PSOL	1	5
	Média do Bloco	50	3,89
Centro	PMDB	24	2,7
	PSDB	13	4,3
	PPS	4	1,7
	PV	2	5,5
	Média do Bloco	43	3,23
Direita	DEM	14	2,1
	PP	8	3,3
	PR	8	3,1
	PTB	4	5,3
	PRB	3	6
	PSC	4	6,2
	Média do Bloco	41	3,8
Outros			3,33
Média geral			3,66
Desvio padrão			2,870

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Os resultados chamam a atenção no aspecto da média geral, já que os partidos de esquerda tenderiam a ser mais estatistas, resultado este que pode ser explicado pelas opções pragmáticas de democracias emergentes, em que os grupos de esquerda ao mesmo tempo que se preocupam com questões marcadamente sociais e redistributivas, também estimulam o desenvolvimento econômico e da livre iniciativa (CHANG, 2018), cujo desenvolvimento, inclusive, pode reverberar em convite para a iniciativa privada com garantias e protecionismos estatais voltados para o fortalecimento do mercado interno privado em si, numa relação de simbiose e complementaridade.

Estas mesmas constatações, inclusive, podem explicar a heterogeneidade dos resultados e mesmo a ausência de uma indicação ideológica de esquerda, centro e direita de forma claras, neste ponto, especialmente diante da complementaridade já aqui reiterada, consistente no fato de que, nos contextos latinos contemporâneos, a ideia da importância do Estado bem ainda da iniciativa privada não são, necessariamente, temas excludentes e ou concorrentes, mas antes, complementares.

Quanto ao bloco de direita, percebemos uma heterogeneidade de médias como, por exemplo o PRB e PSC, que apresentam a média 6,0 e 6,2, respectivamente, e o DEM a média

2,1. Para a literatura, tamanha heterogeneidade dentro do bloco poderia originar-se do fato de que o DEM possui trajetória liberal, ao passo que o PSC se enquadra como partido de direita a partir da classificação dos “novos temas” do debate entre esquerda e direita (SCHEEFFER, 2016), marcando seu aspecto conservador muito mais voltado para questões morais e religiosas, mas não refratário a importância do Estado na participação e regulação da indústria e comércio.

3.3.8 Sistema econômico mais adequado para o Brasil

Por último, observamos a variável sobre o sistema econômico mais adequado para o Brasil, exposto na tabela 11. A questão enunciava “**na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil?**” As opções de resposta foram as seguintes:

- 1) “uma economia predominantemente **de mercado** com a **menor participação possível do Estado**”;
- 2) “um sistema econômico em que houvesse uma **distribuição equitativa** entre uma parte de responsabilidade das **empresas estatais** e outra das **empresas privadas**”;
- 3) “uma economia em que as **empresas estatais** e o Estado constituíssem o **setor principal** mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada”;
- 4) “uma economia em que o **capital privado fosse totalmente afastado** dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o **controle estatal**”.

Conforme apresentamos na tabela 11, os partidos do bloco de esquerda posicionaram-se em sua maioria nos pontos 2 e 3 da escala, os de centro nos pontos 1 e 2, assim como os partidos do bloco de direita.

Tabela 11 - Sistema econômico mais adequado para o Brasil

Bloco	Partidos	%				
		N	1	2	3	4
Esquerda	PDT	9	36	53	11	-
	PSB	12	18	53	29	-
	PcdoB	8	6	31	63	-
	PT	18	7	54	35	-
	PSOL	1	-	-	100	-
Média do Bloco		48	18	63	19	-
Centro	PMDB	26	42	48	9	-
	PSDB	15	54	44	2	-
	PPS	4	27	53	20	-
	PV	-	-	-	-	-
Média do Bloco		45	49	47	4	-
Direita	DEM	11	64	33	3	-
	PP	7	64	32	4	-
	PR	7	62	33	5	-
	PTB	4	39	58	3	-
	PRB	3	-	67	33	-
	PSC	5	25	75	-	-
Média do Bloco		37	38	57	5	-
Outros		18	38	62	-	-

Fonte: Elaborada pelo autor com base na PLB (2013)

Como se viu, o PSOL está posicionado na escala 3 (Estado como agente principal da economia, mas sem a eliminação da iniciativa privada), lugar esse que nenhum bloco se posicionou de forma significativa pela ausência da iniciativa privada e controle total do Estado, o que reafirma o contexto em que o termo “estatismo” está aqui democraticamente compreendido.

A grande maioria das respostas reflete o esperado para blocos de acordo com sua localização no espectro ideológico. A evolução de cultura política pós-materialista e seus “novos temas”, parece reconhecer a impossibilidade de retirada total da regulação do Estado e participação nos modelos econômicos, especialmente lembrado por Chang (2018).

Contemporaneamente, por mais que se reconheçam diferenças significativas entre esquerda e direita em “novos” e velhos temas sensíveis de Estado (SCHEEFFER, 2016), num contexto democrático, imaginar a ausência de uma economia de mercado, ainda que em menor grau, não apenas interfere num dos fundamentos da própria democracia (DAHL, 1997), como ainda passaria a ser o Estado, ele próprio, um agente violador de regras e promotor de desigualdades (BOBBIO, 2000), dignas de Estados totalitários, incompatíveis com a opção cidadã de 1988.

3.4 CORRELAÇÃO ENTRE IDEOLOGIA E ESTATISMO

Foram selecionadas as oito variáveis descritas anteriormente para construir um índice de estatismo. As cinco primeiras mensuram a disposição dos parlamentares em aumentar os impostos e os gastos públicos nas seguintes áreas: infraestrutura, saúde, educação fundamental e média, educação superior e políticas sociais. Todas elas são escalas que variam de 1 a 5, onde 1 = “diminuir os gastos para reduzir impostos”, 2 = “diminuir os gastos e manter o nível de impostos”, 3 = “manter o nível atual de gastos”, 4 = “aumentar os gastos, sem aumentar os impostos” e 5 = “aumentar os gastos e os impostos”. Estes cinco primeiros temas/variáveis foram agrupados em um sub índice e padronizados utilizando a Fórmula 1, formando uma escala de onze pontos, com amplitude de 0 a 10, onde 0 corresponde a diminuir o nível atual de gastos para possibilitar uma diminuição de impostos, e 10 corresponde a aumentar o nível atual de gastos, ainda que seja necessário aumentar os impostos.

O segundo componente que faria parte da medida de estatismo é “responsabilidade do governo em garantir o sustento de todos”, uma escala de dez pontos com amplitude de 1 a 10, recodificada para 1 = “as pessoas deveriam ser responsáveis pelo seu próprio sustento” até 10 = “o governo deveria se responsabilizar mais”. Já o terceiro componente também é uma escala de dez pontos, com amplitude de 1 a 10, que mede a opinião dos parlamentares sobre o papel da iniciativa privada e do Estado na indústria e comércio, onde 1 = “mais iniciativa privada” e 10 = “mais estado”.

Por fim, o último componente do índice de estatismo é a posição dos parlamentares federais sobre o tipo de sistema econômico mais adequado para o Brasil. Esta medida é uma escala de quatro pontos, onde 1 = “economia de mercado”, 2 = “participação igualitária entre Estado e Iniciativa privada”, 3 = “Setor estatal dominante” e 4 = “controle total do estado na economia”¹¹. As respostas acima foram agrupadas em um sub índice e padronizadas utilizando a Fórmula 1, formando uma escala de onze pontos, com amplitude de 0 a 10, onde 0 corresponde

¹¹ A pergunta e opções exatas do questionário aplicado foram: Na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil?

- 1) Uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado;
- 2) Um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas;
- 3) Uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada;
- 4) Uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal.

a maior economia de mercado e menos intervenção do Estado, e 10 corresponde a controle total do Estado na economia.

Depois de agrupadas, todas as variáveis foram novamente padronizadas utilizando a Fórmula 1, a seguir:

$$\left(\frac{\text{Valor Observado} - \text{Valor Mínimo da Distribuição}}{\text{Valor Máximo da Distribuição} - \text{Valor Mínimo da Distribuição}} \right) * 10$$

A tabela 12 apresenta o coeficiente de correlação entre o índice de estatismo descrito acima e o auto posicionamento ideológico dos parlamentares. O valor apresenta uma forte correlação entre estas duas medidas, o que indica que quanto mais à esquerda o parlamentar se colocar, mais favorável será ao estatismo.

Tabela 12 - Correlação entre estatismo e posicionamento ideológico

	Rhô de Spearman	Sig
Índice de Estatismo	-0,59	< 0,01

Fonte: PLB 2013

Ao observarmos os resultados dos testes, percebemos que existe uma forte correlação entre os parlamentares, agrupados em bloco de acordo com seus posicionamentos ideológicos e partidos políticos, acerca de questões de estatismo.

O resultado próximo a -0,6 é importante e se mostra enfático porque este teste retorna valores entre -1 e 1, e quanto mais distante forem de 0 e mais próximos de -1 ou 1, maior será a força da correlação entre as duas variáveis.

Assim, parlamentares que se agrupam mais à esquerda tendem a responsabilizar mais o Estado e o governo sobre questões básicas de saúde, educação, infraestrutura, programas sociais, sustento das pessoas e a importância de iniciativas estatais na sociedade. Do mesmo modo, o contrário é verdadeiro, quanto mais à direita está o grupo parlamentar, maiores são as chances de que se posicione a favor de um Estado menor e menos responsável por tais questões, muito embora a análise individual dos dados e resultados apontem especificidades, convergências e complementaridades próprias de realidades heterogêneas, pragmáticas e em

países emergentes, como os latino-americanos, possibilitando ocorrer aquilo que ousamos chamar de “estatismo social” e “estatismo liberal”.

Tabela 13 – Blocos ideológicos e estatismo

	Esquerda	Centro	Direita	Outros	Total
N	46	33	47	4	130
Média	5,38	3,62	3,22	3,75	4,10
Desvio Padrão	2,17	1,71	2,12	2,27	2,24

Notas: Anova = 199.898, $p < 0,01$.

Fonte PLB (2013)

A tabela 13 nos mostra os níveis de estatismo dos blocos ideológicos compostos pelos partidos, em que a Esquerda apresenta uma média de 5,38, o Centro de 3,62 e a Direita de 3,22. Percebemos que os níveis de estatismo dos partidos de centro se aproximam mais da direita. A tabela 14 nos apresenta as médias separadas por partidos, constatando a heterogeneidade das médias entre os blocos, característico, em boa medida, de democracias emergentes, como a do Brasil (CHANG, 2018).

Tabela 14 - Partidos e estatismo

Bloco	Partidos	N	Média	Desvio Padrão
Esquerda	PDT	9	3,33	1,60
	PSB	12	4,39	2,08
	PCdoB	7	6,98	0,64
	PT	17	6,36	1,77
	PSOL	1	8,08	-
Centro	PMDB	22	3,16	1,52
	PSDB	11	4,55	1,77
	PPS	3	2,82	0,44
	PV	-	-	-
Direita	DEM	10	2,46	1,43
	PP	7	2,53	2,57
	PR	7	3,46	1,90
	PTB	3	5,00	3,29
	PRB	3	5,13	2,25
	PSC	5	4,77	1,58
Outros		2	4,42	3,54
Total		130	4,10	2,24

Fonte: PLB 2013

A par desses resultados, é possível aferir que ainda existe um impacto da ideologia com relação às questões clássicas de clivagem esquerda-direita de Estados *versus* mercado. O que não exclui a ideia de que em maior grau o debate esteja vinculado às questões de bem-estar e pós-materialismo. Embora os novos temas sejam relevantes para a diferenciação ideológica na arena legislativa, os temas clássicos que se relacionam com a intervenção econômica e social do Estado ainda são relevantes.

Conforme Ribeiro e Bolognesi (2017), estatismo e liberalismo econômico diferenciam a gestão político-partidária ao se comparar partidos de esquerda e direita. A expectativa inicial era a de uma direita mais liberal economicamente e a de uma esquerda mais estatista e participacionista, independentemente do tamanho do partido. Os resultados mostram que há uma diferenciação ideológica, ainda que o grau varie conforme os temas e contextos, opondo-se à afirmação de que os partidos não se diferenciam programaticamente.

Considerando como expressões da cultura política a opinião das elites políticas sobre questões que compõem a perspectiva de Estado, pode ser percebido que há a predominância de uma cultura política estatista, assim como Capistrano (2008) havia identificado em seu estudo. Para identificar se a cultura política com relação a essas questões é dinâmica, seria necessária uma análise longitudinal para identificar uma possível tendência de transformação, assim como Capistrano (2008) fez com a Argentina e o Brasil para identificar se havia uma mudança nos valores básicos dos indivíduos nessas sociedades, tendo constatado um aumento da autonomia individual e do desenvolvimento humano. De acordo com o autor “a confirmação de uma tendência estatista estaria relacionada com um forte apoio à democracia e rejeição a regimes autoritários”. O Estado é um forte indutor da formação da cultura política da sociedade, tendo um papel formador de política, sendo produto de uma estrutura econômica, social e política. Nos países latino-americanos, há predominância de cultura política clientelista e patrimonialistas, sustentadas pelo Estado (CAPISTRANO, 2013), mas em vias de transformação motivadas por aspectos pragmáticos (CHANG, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o debate sobre a (in)diferenciação ideológica entre partidos políticos no Brasil - o que inclui as dificuldades consequentes da alta fragmentação partidária e do pragmatismo eleitoral – buscou-se verificar, a partir da cultura política das elites legislativas, notadamente as pesquisadas acerca dos temas -, em que medida os partidos se diferenciam com relação a concepção de estatismo, devidamente compreendido em sistemas democráticos assim reconhecidamente considerados.

Para isso, os partidos foram divididos em blocos de esquerda, centro e direita, com base na literatura especializada, onde foi analisada a forma como os parlamentares de tais partidos se posicionaram no *survey* desenvolvido pela Pesquisa Legislativa Brasileira (2013) em relação às variáveis específicas.

A partir do recorte de estatismo, foi verificado em que medida os parlamentares apoiam o aumento ou a diminuição de gastos com saúde pública, educação média e fundamental, educação superior, infraestrutura e programas sociais. Além de como eles defendem a iniciativa privada na indústria e no comércio, o quanto o Estado deve se responsabilizar pelo sustento das pessoas e qual o melhor sistema econômico para o Brasil.

Com base na hipótese inicial de que existem diferenças nos posicionamentos com relação ao papel do Estado entre os parlamentares de esquerda, centro e direita no Brasil, foi possível aferir a partir dos resultados que, embora haja um debate no senso comum e até mesmo na literatura especializada de que a ideologia tem perdido o sentido nos posicionamentos dos parlamentares, ainda existe uma diferenciação ideológica significativa entre os blocos de partidos com relação a temas clássicos. Realizados os testes, identificou-se que existe uma forte correlação com o posicionamento ideológico dos parlamentares.

Ainda que haja uma demonstração mediana e geral de que diferentes blocos partidários concordem com a importância do papel do Estado no desenvolvimento do país, fruto daquilo que a literatura inclusive já demonstrou como esperado e até mesmo complementar em países emergentes e com histórico da América Latina (uma espécie de “estatismo liberal”, por assim dizer), existem evidentes diferenças de posicionamento acerca deste papel Estatal, ao se comparar alguns temas, notadamente o da assistência social, o da redistribuição de renda e o da economia de mercado.

Partidos de esquerda, de maneira geral, tendem a ter uma compreensão mais abrangente e inclusiva no que diz respeito ao dever do Estado em prover o sustento e assistência

social da população, da mesma forma se referindo, por exemplo, no que diz respeito à regulação e participação estatal no mercado, economia e iniciativa privada.

Com variações de centro-esquerda e centro-direita, oriundo do bloco de centro, chamam a atenção, por sua vez, partidos localizados mais à direita do espectro ideológico, ao se posicionar, em regra, de forma oposta quanto aos quesitos elencados, atribuindo a responsabilidade pelo sustento a razões individuais pessoais e estritamente técnicas, meritocráticas, liberais, menos regulação, ampla concorrência, menor interferência e livre iniciativa, ainda que signifique a sedimentação de maiores desigualdades no plano coletivo e individual.

A identificação dos resultados e reconhecimento destes posicionamentos e correlações ainda se revelam importantes diante do grande número de partidos e correntes existentes, num cenário de coalisão e fragmentado, crescentemente enfraquecido por uma cultura política pós-material cada vez mais dissolvida em tempos fluidos e interesses líquidos, recrudescidos pela apatia sólida de participação cidadã nos processos democráticos, pautados, não raro, por culturas mais paroquiais e sujeitas na América Latina, que propriamente participantes.

Esta carência de sentimentos partidários, reforçada por grande indiferenciação num universo cada vez mais heterogêneo, fisiológico, de coalisão e pragmático, pode ser um dos componentes importantes nos estudos sobre gargalos técnicos e éticos no funcionamento do sistema. Pode estimular, ainda, na compreensão parcial de outros fenômenos, como o da judicialização da política e a politização da justiça.

Desconectados das agremiações e sem maior clareza sobre seus eixos, ideologias e propostas, aliados aos descontentes que já não mais atribuem a mesma legitimidade e aceitação representativa própria do jogo político-democrático aos partidos, tem sido crescente, pois, o número de cidadãos e grupos, inclusive políticos e partidários, que se socorre de outro poder - o judiciário, para fazer valer esta ou aquela política pública nem sempre levada a efeito pelo grupo eleito no exercício de seus misteres.

Em certa medida, essa cultura pragmática e essa prática fisiológica e, por vezes, oportunista, acaba por prestar um desserviço e enfraquecimento da própria democracia, que a despeito de responsiva, encontra antes no equilíbrio de poderes e funções, e no exercício da representatividade dos grupos eleitos, a legitimidade para o exercício soberano de poder em nome do povo, para o povo e pelo povo.

A Constituição Federal de 1988, fruto de um movimento democrático, ao romper com o regime de exceção então vigente, elegeu, de forma soberana, os princípios, valores, garantias,

diretrizes e normas que decidiu perseguir. Os direitos fundamentais, os direitos sociais, o papel do Estado, a livre iniciativa, tudo lá está. E estes são os contornos a seguir pelos partidos políticos e exercentes de poder, mandatários ou não.

Neste cenário, conhecer a localização ideológica de cada partido e ou grupo, bem assim sua correlação para com temas importantes acerca do papel do Estado, são à toda evidencia essenciais para o processo racional de escolha das opções que o detentor de parcela de soberania (cidadão eleitor), sujeito de direitos, deseja expressar e receber.

Os resultados se revelam importantes na medida em que o resgate ao reconhecimento e identificação das diferentes localizações no espectro ideológico, possibilita ao cidadão avaliar, seja como representante, seja como representado, que ao fazer sua opção pela corrente A ou B, em regra, e, ao menos quanto à visão do papel do Estado, estará claramente optando por uma gestão mais estatista ou menos estatista, mais social ou menos social, cuja realização de direitos e políticas públicas, ao menos conceitualmente, podem seguir por diferentes caminhos e com diferentes ênfases, prioridades e gradações a partir das diretrizes e contornos já estabelecidos pela Constituição que se convencionou chamar de “cidadã”.

REFERÊNCIAS

AGGIO, A. **Construir uma esquerda transformadora**. In: ALMEIDA, F I. de. (org.). O que é ser esquerda hoje? Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AIETA, V. S. **Criminalização da política: a falácia da “judicialização da política” como instrumento democrático**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 113, 2017.

ALMEIDA, A. Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMOND, G. A., VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. 3. ed. New York: Sage, 1989.

AYRES, C.; OLIVEIRA, R. A.; GIMENES, E. O legislativo municipal catarinense sob a perspectiva de gênero: origem, trajetória e adesão à democracia. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 10, p. 25-43, 2017.

BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Tradução de Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro. Campus, 2000.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 1998.

BORBA, J. **Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro**. Opin. Publica [online], vol.11, n.1, p. 147-168, 2005.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 18 jan. 2018.

BRASIL. TSE - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

BURKE, E. **Discurso a los electores de Bristol**. In: BURKE, Edmund. **Textos Políticos**. Trad. Vicente Herrero. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Economica, p. 309-314, 1942 [1774].

CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal: Parte geral**. 10 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CAPISTRANO, D. J. **A imagem do Leviatã: orientações culturais sobre o papel do Estado em perspectiva comparada**. 2013. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasil, 2013. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CAPISTRANO, D. J. **A imagem do Leviatã: orientações culturais sobre o papel do Estado em perspectiva comparada**. 2013. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CATTERBERG, E. **Argentina confronts politics: political cultural and public opinion in the Argentine transition to democracy**. London: Lynne, 1991.

CHANG, H. **O Brasil está experimentando uma das maiores desindustrializações da história da economia**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/economia/1515177346_780498.html>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CONVERSE, P. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, D. (ed.). **Ideology and Discontent**. New York: Free Press, p. 206-261, 1964.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma educação possível? 2. E**. São Paulo: Cortez, 2006.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

DIAMANTOPOULOS, A.; WINKLHOFER, H. M. Index Construction with Formative Indicators : An Alternative to Scale Development. **Journal of Marketing Research**, v. 38, p. 269–277, 2001.

DOCA, G. PTB é o primeiro partido a fechar questão na reforma da previdência. In.: **O GLOBO**. Publicado em: 06 dez. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ptb-o-primeiro-partido-fechar-questao-na-reforma-da-previdencia-22156637#ixzz57n7Le5pX>>. Acesso em 21 fev. 2018.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: USP, 1999.

DWORKIN, R. **A virtude soberana: a teoria e a prática da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. In.; Revista Lua Nova, No.24, pp.85-116, 1991.

FERRER, A. **A economia Argentina**. São Paulo: Campus/Elsevier, 2006.

GARRETÓN, M. A. et al. **América Latina no Século XXI. Em direção a uma nova matriz sociopolítica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GATTO, M. A. C.; e POWER, T. J. Postmaterialism and Political Elites: The Value Priorities of Brazilian Federal Legislators, in: **Journal of Politics in Latin America**, 8, 1, 33–68, 2016.

GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIMENES, É. R. **Cultura política e democracia**: apoio difuso e específico entre um segmento da elite não estatal do município de Maringá (PR). 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

HAIR JR., J. et al. **Multivariate Data Analysis**. 7. ed. Essex: Pearson, 2010.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. Porto Alegre: Globo, 1977.

HEYWOOD, A. Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: 2010.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. **American Political Science Review**, 82, 4. 1988.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, p. 150, 2001.

LEVIN, J.; FOX, J. A.; FORDE, D. R. **Elementary Statistics in Social Science Research**. 11. ed. Boston: Allyn & Bacon, 2010.

LIMA, M. R. S.; CHEIBUB, Z. B.. **Instituições e valores. As dimensões da democracia na visão da elite brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 31, p. 83-110, 1996.

LÜCHMANN, L. H. H. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 20, n. 43, p.59-80, out. 2012.

MACIEL, A. P. B. ; ALARCON, A. de O.; GIMENES, É. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de**

Ciência Política, Curitiba, v. 8, n. 3, p.72-88, nov. 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54834/34608>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S., Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, 8(15), p. 1–25, 2011.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001.

MILLS, C. W. The Structure of Power in American Society. **British Journal of Sociology**, vol. 9, p. 29-41, 1958.

MIRANDA, J. **Manual de Direito Constitucional: Tomo IV Direitos Fundamentais**. 3ª ed. Coimbra, p. 224, 2000.

MORAES, R. C.. **Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000002&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: set. 2017.

OLIVEIRA, H. M. J. de. **Cultura política e assistência social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

OTTMANN, G. Cidadania mediana: Processos de democratização da política municipal no Brasil. Tradução: Alexandre Moraes. **Revista Novos Estudos**, 2006.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Uma ponte para o futuro. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>> Acesso em: fevereiro de 2018.

PEREIRA, A. K. B. **Teoria democrática contemporânea: o conceito de poliarquia na obra de Robert Dahl**. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

PERISSINOTTO, R. et al. (Orgs.). **Quem governa?** Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: UFPR, 2007.

PERISSINOTTO, R. M.; BRAUNERT, M. B. A direita, a esquerda e a democracia: os valores políticos dos parlamentares paranaenses (1995-2002). **Revista Opinião Pública**. vol.12, n.1, p.114-135, 2006.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Revista Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, v. 19, p. 26-45, 1987.

PITIKIN, H. F. **The concept of representation**. Berkeley: University of California Press, 1967.

POWER, T; ZUCCO, C. **O Congresso por ele mesmo: auto percepções da classe política brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PRZEWORSKI, A.A. A social-democracia como fenômeno histórico. *Lua Nova*, n. 15, p. 41-81. 1988.

RAND, A., **Introducing Objectivism**. The Objectivist Newsletter, p. 35, 1962.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Tradução Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RENNÓ, L. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 45. jan./jun, pp. 71-92, 1998.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**; prefácio Marcello Baquero. Maringá: Eduem, 2011.

RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. As elites paranaenses e a democracia: explorando a estrutura dimensional e os determinantes dos seus valores e atitudes políticas. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 12, p. 83-110, jan.-jun. 2008.

RIBEIRO, E. A.; BOLOGNESI, B. **Ideologia e Representação: valores e atitudes de legisladores municipais**. 2017 (NO PRELO)

RIBEIRO, E. A.; CARREIRAO, Y.; BORBA, J. Party feelings and antipetismo: constraints and covariates. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. **Sentimentos partidários e atitudes políticas entre os brasileiros**. Opinião Pública, vol. 17, no 2, p.333-368, 2011.

SALGADO, E. D.; **Princípios Constitucionais Eleitorais**. Ed. Fórum. 2ª. Ed. Belo Horizonte, 2015.

SANTOS, P. P. dos. **Voto e Qualidade da Democracia** – as distorções do sistema proporcional brasileiro. Ed. D'Plácido. Belo Horizonte, p. 60, 2016.

SARDENBERG, C. A. **Neoliberal, não. Liberal: para entender o Brasil de hoje e de amanhã**. São Paulo: Globo, 2008.

SCALON, C. **Justiça como igualdade?** A percepção da elite e do povo brasileiro. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun/dez 2007

SCALON, C.; SALATA, A. **Desigualdades, estratificação e justiça social**. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 179-188, abril/jun 2016

SCHEEFFER, F. **Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita?** / Fernando Scheeffeffer; orientador, Yan de Souza Carreirão Florianópolis, 291 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, 2016.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

SILVA, J. A. da. O Estado Democrático de Direito. In **Revista de direito administrativo**, 173: 15-34, Rio de Janeiro: Jul./Set., pg. 21, 1988.

SILVEIRA, D. C. **Teoria da Justiça de John Rawls: entre o liberalismo e o comunitarismo**. São Paulo: Revista Trans/Form/Ação. n° 30: 169-190, 2007.

SINGER, A. V. **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: A Identificação Ideológica nas Disputas Presidenciais de 1989 e 1994**. 1. Ed. 1. Reimp. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1982.

SOARES, M. V. Democracia, igualdade política e justificação pública: limites e aporias da democracia deliberativa. **38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu, MG, out. 2014.

SOUSA, J. P. G. de; GARCIA, C. L.; CARVALHO, J. F. T. de; **Dicionário de Política**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M., Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, 21(45), pp.149–165, 2013.

TONELLA, C. Participação social cultura política e indicadores de associativismo: os dirigentes de entidades sociais. In: **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, 6, 2008, Campinas: ABCP, 2008.

WELZEL, C. **Freedom Rising: Human empowerment and the quest for emancipation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

ZUCCO JUNIOR, C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T.; ZUCCO, JUNIOR, C. (Ed.). **O Congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 37-60.

Seu partido atual _____ Seu estado _____ Legenda pela qual foi eleito ao Congresso _____

Nos últimos anos tem havido um grande debate a respeito do sistema eleitoral. O(a) Sr.(a) é favorável ao sistema de representação proporcional, ao sistema distrital majoritário ou ao sistema misto (proporcional para uma parte das cadeiras e distrital-majoritário para as restantes)?

_____ sistema proporcional _____ sistema misto _____ sistema distrital majoritário

Se o Brasil manter o sistema de eleições proporcionais, o(a) Sr.(a) preferiria que a ordem de candidatos na lista fosse determinada pelo partido ou pelo sistema uma lista aberta (como existe agora)?

_____ lista aberta _____ lista determinada pelo partido

Gostaria de saber sua opinião a respeito de dois temas que foram debatidos na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. O(a) Sr.(a) está a favor ou contra:

A inclusão do dispositivo que assegura as Forças Armadas o direito de intervenção para garantir a ordem interna _____ favor _____ contra

A instituição do regime parlamentarista de governo _____ favor _____ contra

Agora vamos supor que restara na o número 1 correspondente à esquerda, o número 5 ao centro, e o número 10 à direita. Como o(a) Sr.(a) está vendo, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1, uma muito de direita, no número 10. **Ordre e que o(a) Sr.(a) se classificar?**

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
	esquerda					direita				
E onde o(a) Sr.(a) indicaria cada um dos seguintes partidos em ambas nações? Como o(a) Sr.(a) classificaria o partido?										
PSD	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PMDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DEM	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PP	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSDB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PDT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PT	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PPS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PC do B	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSB	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PSOL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
PV	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

E onde o Sr.(a) colocaria os seguintes Presidentes da República, durante o exercício de seus respectivos mandatos?

	esquerda					centro					direita							
Dilma	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								
Lula	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								
FHC	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								
Temer	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								
Cardoso	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								
Sarney	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10								

Alguns parlamentares são eleitos por causa de sua sigla partidária – isto é, o poder de organização do partido ou o perfil que ele tem na opinião pública. Outros são eleitos devido a sua capacidade individual para a organização ou a sua atuação pessoal na política. No seu caso, qual foi mais importante? *(Marque apenas uma opção)*

_____ seu partido _____ seus esforços pessoais

O(a) Sr.(a) acredita que, na atividade parlamentar, em geral um parlamentar deve votar como o partido indica, ou de acordo com o que ele acredita?

_____ como o partido indica _____ de acordo com o que ele acredita

O(a) Sr.(a) acha correto o partido fechar questão e usar o recurso da fidelidade partidária? _____ sim _____ não

Quando há um conflito entre as necessidades da sua região e as posições partidárias, o(a) Sr.(a) vota, a maioria das vezes _____ com o partido _____ de acordo com as necessidades da região _____ divide as votações pela metade

Nos últimos 50 anos algum parente seu já exerceu cargo eletivo em qualquer nível, ou foi ministro do governo federal ou secretário estadual? _____ sim _____ não

O acréscimo federal determina se o nível de gastos do governo em um determinado ano deve ser diminuído, mantido ou aumentado? (Marque um X em cada item)

	Diminuir o nível atual de gastos para possibilitar uma diminuição de impostos	Diminuir o nível atual de gastos, sem alterar impostos	Mantém o nível atual de gastos	Aumentar o nível atual de gastos, desde que não seja montada impostos	Aumentar o nível atual de gastos, ande que seja aumentado os impostos
Serviços de saúde pública					
Estrada fundamental e médio					
Estrada superior pública					
Infraestrutura					
Programas de assistência social					

Na sua opinião, que importância tem as seguintes atividades para o futuro eleitoral de um congressista? (marque um X em cada item)

	Nenhuma importância para o futuro eleitoral					Essencial para o futuro eleitoral				
Participar de votações em plenário	1	2	3	4	5					
Proferir discursos em plenário	1	2	3	4	5					
Realizar visitas às bases e manter contato direto com eleitores	1	2	3	4	5					
Ocupar posições de destaque na estrutura partidária	1	2	3	4	5					
Apresentar emendas ao orçamento e garantir a sua execução	1	2	3	4	5					
Ocupar posições de destaque no Congresso	1	2	3	4	5					
Mantém relações com entidades da sociedade civil	1	2	3	4	5					
Mantém relações com prefeitos ou líderes locais	1	2	3	4	5					
Mantém relações médias nos TVs e rádios Câmara Senado	1	2	3	4	5					

Atualmente, no Brasil, há um debate sobre as semelhanças e diferenças entre os governos de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011 até o presente). Como o(a) Sr.(a) avalia o desempenho do governo de Dilma em relação ao governo de Lula, nas seguintes áreas? *(Marque um X para cada item)*

	O governo Dilma em relação ao governo Lula está sendo:				
	Muito pior	Algo pior	Igual	Algo melhor	Muito melhor
Política externa					
Relação com a base aliada					
Combate à violência					
Investimentos em infraestrutura do país					
Tratamento de minorias étnicas e raciais					
Combate à pobreza					
FHC					
Promoção de igualdade de gênero					
Política de ciência e tecnologia					
Política da educação					
Combate da corrupção					
Relações com os governadores					
Política fiscal					
Relações com a sociedade civil					
Política monetária					
Enorme de violações de direitos humanos durante o regime militar					
Gestão da exploração dos novos campos de petróleo					

Por favor, continue no verso.

PESQUISA LEGISLATIVA BRASILEIRA 2013

Usando uma escala que vai de 1 a 5, por favor indique se o(a) Sr.(a) **concorda** ou **discorda** das seguintes afirmações:

	Discorda plenamente		Não concorda nem discorda		Concorda plenamente
No Brasil, é preciso dar ao presidente da República o poder das medidas provisórias	1	2	3	4	5
Um partido político deveria expulсар um parlamentar que vota contra as propostas de lei	1	2	3	4	5
Apesar de o clientelismo ser muito criticado, às vezes os políticos exigem que o parlamentar atue desta maneira	1	2	3	4	5
Um parlamentar deveria perder o mandato se trocar de partido depois das eleições	1	2	3	4	5
Seria mais vantajoso economicamente aprofundar as relações com países da OCEDE do que com os países vizinhos	1	2	3	4	5
O estratagem de lidar com a OCEDE oferece oportunidades para o Brasil	1	2	3	4	5
O Brasil deve participar em mais missões militares da ONU para aumentar a sua chance de assegurar um assento permanente no Conselho de Segurança	1	2	3	4	5
O Brasil deve firmar tratados de proteção ao investimento externo no país	1	2	3	4	5
Ao invés de financiar projetos de empresas brasileiras no exterior, o BNDES deve priorizar o financiamento de atividades no Brasil	1	2	3	4	5
E justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas afrodescendentes	1	2	3	4	5
E justo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas de famílias de baixa renda	1	2	3	4	5
Casais homossexuais devem ter o direito de se casar	1	2	3	4	5
O aborto deve ser proibido em qualquer circunstância	1	2	3	4	5

Fale-se muito sobre quais objetivos o Brasil deve procurar atingir nos próximos dez anos. Quais destes objetivos o(a) Sr.(a) pessoalmente considera o mais importante? E o segundo mais importante?

	Mais importante		Segundo mais importante
A) ter um alto nível de crescimento econômico	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
B) garantir um forte sistema de defesa para o país	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
C) aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas nos locais onde vivem e trabalham	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
D) conservar, melhorar e embelizar nossas cidades, e todo o interior do país	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Se tivesse de escolher, qual destas coisas o(a) Sr.(a) diria que é a mais importante atualmente? E a segunda mais importante?

	Mais importante		Segunda mais importante
E) manter a ordem no país	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
F) aumentar a participação do povo nas decisões importantes do governo	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
G) combater o aumento de preços	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
H) proteger a liberdade de expressão	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Aqui está uma outra lista. Em sua opinião, qual destas coisas é mais importante? E em 2o. lugar?

	Mais importante		Segunda mais importante
I) uma economia estável	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
J) uma sociedade mais humana e menos impessoal	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
L) uma sociedade em que as ideias tenham mais valor que o dinheiro	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
M) combater a criminalidade	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Na lista abaixo, dez (10) afirmações que o(a) Sr.(a) concordaria totalmente com a frase do lado direito a um (1) significa que o(a) Sr.(a) concorda inteiramente com a frase do lado esquerdo. Usando qualquer ponto na escala entre 1 e 10, indique com um X sua posição acerca de cada item:

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A renda deve ser distribuída de forma mais igualitária										
Deveria haver mais indústria privada na indústria e no comércio										
O governo precisa se responsabilizar mais para garantir o sistema de todos										
A concorrência e uma coisa boa para trabalhar muito e desenvolver novas ideias										
No longo prazo, quem trabalha muito sempre vai ter uma vida melhor										
Só se pode ficar rico às custas dos outros										

Na sua opinião, que tipo de sistema econômico seria mais adequado para o Brasil? (Marque apenas uma opção)

- Uma economia predominantemente de mercado com a menor participação possível do Estado
- Um sistema econômico em que houvesse uma distribuição equitativa entre uma parte de responsabilidade das empresas estatais e outra das empresas privadas
- Uma economia em que as empresas estatais e o Estado constituíssem o setor principal mas sem que a participação da economia do mercado fosse eliminada
- Uma economia em que o capital privado fosse totalmente afastado dos principais setores econômicos, passando as grandes empresas para o controle estatal

Aqui estão dez argumentos que as pessoas costumam usar quando discutem questões econômicas em relação à defesa da natureza e do meio ambiente. Qual delas se aproxima mais do seu ponto de vista? (Marque um X em apenas uma alternativa.)

- A defesa do meio ambiente deveria ser prioritária, mesmo se causasse atraso no desenvolvimento econômico e menos oferta de empregos
- Desenvolvimento econômico e criação de empregos deveriam ser prioritários mesmo que o meio ambiente sofra algum dano

Obrigado pela sua participação na pesquisa.

Investigadores Principais:

Timothy J. Poyser (University of Oxford, Inglaterra)
Cesar Zucco Jr. (Rutgers University, Estados Unidos)

Assistente de Pesquisa em Brasília:

Milton Mendonça, celular (61) 8233-9060
email: pesquisalegislativa2013@gmail.com

Devolução do Questionário via Correio:

Pesquisa Legislativa 2013 atc Milton Mendonça
Instituto de Ciência Política – IPOL
Universidade de Brasília
Caixa Postal 4359
70904-970 – Brasília - DF